

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH III
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS – PPGESA**

CLEITON LIN OLIVEIRA DA SILVA

**POLITICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA BAHIA: GES-
TÃO SOCIAL E APRENDIZAGENS COLETIVAS**

JUAZEIRO-BA

2017



CLEITON LIN OLIVEIRA DA SILVA

**POLITICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA BAHIA: GESTÃO SOCIAL
E APRENDIZAGENS COLETIVAS**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Campus III, para a obtenção do título de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de Pesquisa: Educação para Convivência com o Semiárido

Orientadora: Profa. Dra. Edonilce da Rocha Barros

JUAZEIRO-BA

2017

Ficha catalográfica

Silva, Cleiton Lin Oliveira da

G633 Política de desenvolvimento territorial na Bahia: gestão social e aprendizagens coletivas / Cleiton Lin Oliveira da Silva. -- Juazeiro, 2017.

106 f. il.

Orientadora: Profa. Dra. Edonilce da Rocha Barros

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus III. 2017.

Bibliografia

1. Território 2. Política Pública 3. Gestão Social 4. Processos educativos 5. Governança Territorial

I. Barros, Edonilce da Rocha II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas

CDD 306.08

CLEITON LIN OLIVEIRA DA SILVA

**POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA BAHIA: GESTÃO SOCIAL
E APRENDIZAGENS COLETIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, ofertado pelo Departamento de Ciências Humanas – Campus III da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, para a obtenção do título de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de Pesquisa: Educação para Convivência com o Semiárido

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Edonilce da Rocha Barros
Orientadora/UNEB

Prof. Dr. Edmerson dos Santos Reis
Membro Interno/UNEB

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen
Membro Externo/UFRGS

Prof. Dr. Josemar da Silva Martins
Suplente Interno/UNEB

Profa. Dra. Eva Monica Sarmiento
Suplente externo/UNIVASF

Ao

Colegiado de Desenvolvimento Territorial do TIPNI

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Arquiteto do Universo pela fé, perseverança e os princípios que me conduzem ao caminho da justiça e do bem viver.

A minha belíssima família Jucélia, Cleiton Júnior, Cristian, Raoní e Uidinei, motivação da constante caminhada e expressão da mais perfeita abstração subjetiva que é o Amor!

À Lindinalva e Carivaldo, meus pais, fonte de inspiração e de dedicação incondicional! E, aos Meus irmãos Cleide Jaina e Cleberton Luiz e também aos seus filhos.

A Regi, Joelma, Withiane e Wilbert pelo acolhimento e estadia em Juazeiro.

Aos membros do NEDET/UNEB Ivânia, Yon, Tiala, Juci e mais tarde Iraíldes pelo apoio e incentivo constante, assim como à mentora do projeto para criação desse espaço de ações de pesquisa e extensão em desenvolvimento territorial, no campus VII da UNEB, professora Edonilce da Rocha Barros.

Ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Piemonte Norte do Itapicuru, onde as portas sempre estiveram abertas às contribuições de maneira a proporcionar as aprendizagens coletivas.

Aos professores Reginaldo Carvalho, Pascoal Eron e Ivaldo Gehlen pelas contribuições imensuráveis na construção deste trabalho.

À UNEB/DEDC pela oportunidade de realizar Tirocínio Docente, de maneira especial aos professores Ozelito Cruz, Pedro Paulo Rios e Maria Elizabeth.

Aos discentes do curso de pedagogia da UNEB/DEDC, 7º período/2016 pelo carinho e respeito indispensável.

Ao professor Marcos Fábio *"In memoriam"*, diretor do DEDC VII, que de forma trágica e inesperadamente interrompeu sua trajetória de professor pesquisador, deixando um imenso vazio. Sou grato ao apoio e incentivo recebido!

Aos professores e ao pessoal de apoio do PPGESA pelo acolhimento, cordialidade e sobretudo pela oportunidade de prosperar no espaço acadêmico. Em especial aos professores Edmerson dos Santos Reis e Josemar da Silva Martins (Pinzoh).

Aos meus colegas de mestrado, particularmente a meu xará Gualter, Rita, Esther e Enos.

A minha professora, orientadora e também amiga Edonilce da Rocha Barros pela confiança, incentivo e paciência. Sou-lhe infinitamente grato!

“Qualquer mudança institucional envolve conflito”

José Eli da Veiga

RESUMO

Esta dissertação analisa o papel do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) para a integração e articulação das políticas públicas de abordagem territorial no Piemonte Norte do Itapicuru. Parte do pressuposto de que embora teoricamente as bases da política de desenvolvimento territorial, na Bahia, apresentem uma conformação adequada, inclusive com Lei sancionada orientadora de implementação dessa política, situações distintas nas relações estabelecidas entre os atores sociais e governamentais acabam interferindo na gestão social e na governança territorial, na execução das referidas políticas. Como referência empírica da investigação, foi escolhido o (Codeter), no território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI), um dos 27 territórios de identidade do estado da Bahia, no qual há mais de uma década vem sendo implementada a política de desenvolvimento territorial. A pesquisa ancora-se no método de concepções sistêmico pela possibilidade do seu emprego numa visão abrangente e no enfoque diferenciado que viabiliza a compreensão da realidade complexa do Codeter. É do tipo quali-quantitativo por reunir um potencial de revelação dos fenômenos sociais e de informações numéricas expressas em gráficos, tabelas e quadros sobre o território. O principal Instrumento de coleta de informações foi a aplicação do questionário do IGS, que mede o Índice de Gestão Social dos Colegiados territoriais, além da observação participante. O indicador IGS do Codeter foi classificado como “Médio-alto” (0,767), a dimensão “Participação e Mobilização”, classificada como “Alto” (0,812) e a dimensão “Impactos do Funcionamento” do colegiado foi classificada como “Média-alta” (0,744). Estes índices apresentaram-se melhores que os revelados no IGS nacional. Isso significa que o Codeter/TIPNI tem um papel de relevância para a integração e articulação das políticas públicas de abordagem territorial no Piemonte Norte do Itapicuru, embora se apresente ainda com uma institucionalidade fraca. O colegiado vem se transformando em um espaço de formação de contínuo aprendizado.

Palavras-Chave: Política pública. Território. Codeter. Gestão Social. Governança territorial.

ABSTRACT

This thesis analyses the role of the Territorial Committee for Development Codeter in integrating and articulating territorial public policies in Itapicuru North Piemont territory. It assumes that although, in theory, the basis for territorial development policies has taken an adequate conformation in Bahia state, including specific legislation which guides the implementation of such policies, distinct situations in settled relationships between governmental and social actors interfere on social management and on territorial administration, over the execution of those policies. As empirical reference for this research, it was chosen the Codeter, in the Itapicuru North Piemonte identity territory (TIPNI), one among 27 identity territory in Bahia State, in which the policy for territorial development has been implemented for more than a decade. This research anchors on systemic approach of conceptions, because of the possibility of its use in a wide view and in different focus that enables the understanding of the complex reality of Codeter. It is a qualitative/quantitative research since it gathers a capacity for revealing social phenomena and numerical data expressed with graphics, tables, and charts about the territory. The main instrument used in collecting data was the application of IGS questionnaire, which measures the Social Management Index of the Territorial Committees, besides the participant observation. The IGS indicator for Codeter was classified as "high medium" (0,767), the dimension of "Mobilization and Participation" was classified as "high" (0,812), the dimension of "Structure and Governing" was classified as "high medium" (0,747), and the dimension of "Impacts of Functioning" was classified as "high medium" (0,744). These figures are better than the ones about national IGS; it means that Codeter/TIPNI has a relevant role for integrating and articulating the territorial public policies in Itapicuru North Piemont territory. It has become a space for continual formation and learning.

Keywords: Public policy. Territory. Codeter. Social Management. Territorial Governing.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa do Território Piemonte Norte do Itapicuru e sua localização na Bahia e no Brasil.....	48
-----------------	--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Composição do Codeter / TIPNI.....	60
Quadro 2	Composição do Índice de Gestão Social (IGS).....	76
Quadro 3	IGS em 33 Territórios da Cidadania do Brasil.....	77
Quadro 4	Dimensões constitutivas do dispositivo de governança.....	78
Quadro 5	Impacto do funcionamento dos colegiados territoriais.....	80
Quadro 6	IGS no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru.....	84
Quadro 7	IGS Nacional X IGS TIPNI.....	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Frequência dos Membros do Codeter/TIPNI nas Plenárias.....	91
Gráfico 02	Sentimento de Pertencimento ao TIPNI.....	92
Gráfico 03	Grau de Instrução dos Membros do Codeter/TIPNI.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Síntese dos Dados Básicos do Território.....	51
Tabela 02	Dados Demográficos dos Municípios do Território.....	53
Tabela 03	IDH e Índice de Gini do Território.....	54
Tabela 04	Dados da Agricultura Familiar.....	55
Tabela 05	Dados da Reforma Agrária.....	56
Tabela 06	Políticas Públicas.....	57
Tabela 07	Apoio a projetos de infraestrutura PROINF: 2003/2014.....	57
Tabela 08	Indicadores socioeconômicos.....	58
Tabela 09	Planos de Investimento e Volume de Recurso CAR Pró Semiárido no TIPNI.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARCO SERTÃO BAHIA	Agência Regional de Comercialização da Bahia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPPA	Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual
CAR	Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CET	Coordenação Estadual dos Territórios
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPD	Cooperativa do Piemonte da Diamantina
CDS	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EFA	Escola Família Agrícola
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento agrícola
FETAG-BA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia
IGS	Índice de Gestão Social
IES	Instituições de Ensino Superior
IF Baiano	Instituto Federal Baiano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Ministério da Saúde
MTur	Ministério do Turismo

NEDET	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCAF	Projeto de Ampliação da Renda de Mercado da Agricultura Familiar no Semiárido Nordestino
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PPA-P	Plano Plurianual participativo
PPGESA	Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos
PRONAT	Programa Nacional dos Territorios
PTDS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SEC	Secretaria de Educação
SECULT	Secretaria de Cultura
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
S ESAB	Secretaria de Saúde
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SERIN	Secretaria de Relações Institucionais
SETRE	Secretaria do Trabalho e Emprego
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
SRA	Secretaria do Reordenamento Agrário
SSP	Secretaria de Segurança Pública
TIPNI	Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNIVASF	Universidade do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	O OBJETO DE ESTUDO.....	18
1.2	O CAMINHAR DA PESQUISA.....	23
2	PRESSUPOSTOS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	30
2.1	DE QUAL DESENVOLVIMENTO FALAMOS?.....	30
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO POLISSÊMICO.....	33
2.3	TERRITÓRIO: PARA ALÉM DOS RIOS, MATAS E MONTES.....	36
2.4	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MDA E SUA EXPRESSÃO NA BAHIA.....	41
2.4.1	A Coordenação Estadual dos Territórios (CET) e o Conselho de Acompanhamento do PPA-P (CAPP).....	44
2.4.2	O Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER).....	45
3	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU..	48
3.1	RECORTES HISTÓRICOS DO TERRITÓRIO.....	48
3.2	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TERRITÓRIO.....	51
3.3	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CODETER/TIPNI.....	60
3.4	A GOVERNAÇA TERRITORIAL E A GESTÃO SOCIAL.....	63
3.4.1	Participação: estratégia relevante no processo de democratização	65
3.4.2	O caráter educativo do Codeter.....	67

4	O PAPEL DO COLEGIADO NA INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS NA ABORDAGEM TERRITORIAL NO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU.....	73
4.1	INFORMAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA DO ÍNDICE DE GESTÃO SOCIAL (IGS).....	76
4.2	O PAPEL DO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU MEDIDO PELO ÍNDICE DE GESTÃO SOCIAL.....	81
4.3	O PROTAGONISMO DOS ATORES SOCIAIS DO CODETER NA INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL.....	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
	REFERÊNCIAS.....	103

ANEXOS I **IGS - Índice de Gestão Social**

ANEXO II **LEI Nº 13.2014/2014**

1 INTRODUÇÃO

1.1 DO OBJETO DE ESTUDO

A última década do século XX foi de intensa movimentação em relação ao protagonismo dos atores sociais na implementação das políticas públicas voltadas para o meio rural. A forte relação entre Estado e sociedade demarca uma época que podemos denominar de era das “inovações na gestão pública”. Rocha (2010), ao abordar em sua tese de doutorado a temática “Políticas públicas e participação: os atores sociais no desenvolvimento territorial do Estado da Bahia” demonstra que o tema da participação social nas políticas públicas assumiu contornos diferenciados no debate contemporâneo associado ao processo de democratização e de descentralização, temática essa incorporada fortemente na Constituição Federal de 1988, que incentiva a participação da sociedade civil. Nesse cenário, novos atores sociais e políticos pressionavam para a abertura de espaços de interlocução entre governo e sociedade.

A abordagem da política de desenvolvimento territorial surge daí, mas mesmo com o ambiente que lhe era favorável, torna-se desafiadora. É uma pauta que demanda olhares múltiplos: sensibilidade, dialogicidade, capacidade para analisar, refletir e compreender as dinâmicas da sociedade (sociais, econômicas, culturais, ambientais, políticas e institucionais). Implica numa visão integrada dos espaços, não apenas como espaço geográfico, mas também como espaço social no qual ocorrem as atividades humanas, na sua diversidade e pluralidade, que suscitam novas e diferentes dimensões capazes de dar conta da complexidade da interconexão entre o rural e o urbano nas diferentes dimensões anteriormente citadas, interconectadas com o cenário global, em especial em um novo contexto que se apresenta na atualidade de retrocessos dos ganhos sociais e políticos que foram se cristalizando nas duas primeiras décadas do século XXI.

Em si tratando da proposta de desenvolvimento, esta foi adquirindo novos contornos, primeiramente deixando de ser política de desenvolvimento se-

torial para se tornar de desenvolvimento rural, compreendendo esse para além do desenvolvimento agrícola, depois de desenvolvimento regional, em seguida desenvolvimento local, no sentido de cada vez mais estabelecer uma proximidade com os sujeitos beneficiários das políticas, até alcançar sua concepção mais dinâmica e abrangente, envolvendo os atores sociais na sua execução e gestão social. Trata-se da política de desenvolvimento territorial. Neste sentido, como ponto de partida teórico discorre-se neste trabalho sobre as concepções de desenvolvimento para em seguida ser abordado o conceito de território, entendido aqui não apenas na sua concepção física, mas acima de tudo aquele território vivido, debatido, construído com base nas aprendizagens múltiplas entre os atores sociais e institucionais. Emprega-se o conceito de território na perspectiva multidisciplinar, sobretudo, como é empregado nas ciências sociais. Assim sendo, o território não pode ser compreendido apenas como um espaço geográfico de atuação e intervenção político institucional, ou mesmo um objeto da articulação política em torno de seus interesses. Território é o ambiente onde as relações sociais, culturais, político, econômicas e ambientais ocorrem. De acordo com Milton Santos (1986) é onde são realizadas as atividades construídas por meio da herança cultural das pessoas que vivem ali, no movimento de análise de suas próprias produções. Em 1996 o referido autor complementa suas reflexões sobre o território, afirmando que ele corresponde às interações naturais e sociais onde se tece uma complexa coexistência entre a natureza e as construções humanas, sendo essa concepção que se adota nesta Dissertação.

Neste sentido, o conceito de território busca dar conta das múltiplas dimensões e da complexidade existente no espaço rural brasileiro com suas sincronias e assincronias, levando-se em consideração não apenas o espaço enquanto lugar do exercício das atividades produtivas, mas como espaço do exercício das atividades humanas na sua inteireza. Gauttari (1990, p. 08) considera esse exercício como sendo os três registros ecológicos: o meio ambiente, as relações sociais e as subjetividades humanas, uma vez que, conforme o autor “as formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações”. Ainda, conforme (GAUTTARI, 1990, p. 08), somente uma articulação ético-

política, a qual ele chama de ecosofia, “entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões”.

Neste sentido, a política de desenvolvimento territorial sustentável, portanto, representa, conforme Rocha (2010, p. 19) “uma mudança nas formas tradicionais de intervenção, baseadas em uma visão setorial e dicotômica, reconhecendo que o ‘rural’ é fruto de uma complexa rede de relações entre inúmeros atores”. Portanto, não basta apenas falar de desenvolvimento sustentável, é necessário pensá-lo como um outro modo de vida, numa relação ético-política, conforme Gauttari (1990), considerando o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana.

O entendimento dessa dinâmica territorial de desenvolvimento que ultrapassa os aspectos globais e locais, as questões agrícolas e não agrícolas, o rural e o urbano e que envolve diferentes atores, nesse caso em análise, expresso no Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter), é sumamente importante para perceber a intensidade e a qualidade de participação desses atores na implementação da política de desenvolvimento territorial.

O debate sobre desenvolvimento territorial se aqueceu, no Brasil, a partir de avaliações da política de desenvolvimento rural que não deu conta de superar muitas áreas deprimidas do país, como por exemplo, o Semiárido Brasileiro. Ela demarca a primeira gestão do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, apropriada por vários ministérios do seu Governo, dentre eles o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a integração de várias secretarias, como a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), responsável pela execução da política de desenvolvimento territorial, em que “a ideia é a participação de atores sociais diversos e a conformação de ‘institucionalidades’, garantindo a expressão da pluralidade dos interesses presentes no território” (ROCHA, 2010, p. 23).

Ao integrar ações de diferentes ministérios, ficou em evidência que as ações isoladas de resolução dos problemas locais são limitadas, apresentando-

se como alternativa o desenvolvimento territorial, já experienciado em outros países, como a França, por exemplo, uma vez que esse supera o espaço geográfico de um único município, estimulando ação conjunta entre diferentes municípios. O extinto MDA, acolheu de fato e de direito, por meio da sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) essa política. A SDT desde o ano de 2003, que estabeleceu a gestão social como requisito básico para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável e para o fortalecimento institucional. E, nessa perspectiva estimulou a inserção econômica por meio da geração de trabalho, emprego e renda; da sustentabilidade ambiental; da equidade social e do exercício pleno da cidadania.

Deve-se lembrar de que essa iniciativa surgiu em um momento ímpar da história política do País. Momento em que um governo teve como pauta na agenda o paradigma do desenvolvimento socioeconômico. Um governo de “esquerda” que assumiu o poder caracterizado pela forte ligação com os movimentos sociais que propuseram e introduziram um processo de transformação da mentalidade política, sobretudo no que tange a cultura da participação cidadã e construção de aprendizagens coletivas.

Neste sentido, o governo do presidente Lula elegeu a pobreza e a exclusão social como temas prioritários de suas ações de políticas públicas. Criou instrumentos de democratização e descentralização importantes, sobretudo reconhecendo o poder das organizações sociais e suas institucionalidades. Nessa estrutura governamental um dos instrumentos foi o de política de mobilização, cujo princípio é a participação e o envolvimento dos grupos de interesse que de uma maneira geral possuem uma demanda social. Tais políticas foram provocadas pelos movimentos sociais¹ que pautam suas reivindicações de forma ampliada e que demandam políticas voltadas para as áreas de saúde, educação, segurança, geração de renda, reforma agrária dentre outras.

¹Conforme Gohn (2011, p. 13), movimentos sociais são aqueles movimentos que praticam “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas [...]”.

Reconhece-se que esse período foi marcado por mudanças políticas, sociais e econômicas no Brasil, merecendo destacar a nova concepção de relação entre sociedade civil e poder público por meio de uma agenda social que utilizou o princípio da democracia participativa e de delegação de poderes para que as organizações sociais pudessem dialogar sobre os assuntos de interesse comum.

Trazer esse debate, no tempo em que a Bahia comemora seus 10 anos de política de desenvolvimento territorial (2007-2017) é mais que pertinente. É nesse campo de investigação que se insere este estudo, cujo objeto é analisar a atuação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter), como uma instância de governança territorial, na execução da política de desenvolvimento territorial, com atuação no território de Cidadania Piemonte Norte do Itapicuru. A Política de desenvolvimento territorial na Bahia foi consolidada com a Lei nº 13.214, sancionada em 29 de dezembro de 2014, pelo governador Jaques Wagner, no final de sua segunda gestão. A Lei dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial para o Estado da Bahia. (BAHIA, 2017).

Em cada território existe “um tecido associativo que conforma uma ‘rede social’, composta por diversos atores relevantes, constituídos por uma grande variedade de associações” (ROCHA, 2010, p. 22). É a partir dessas configurações específicas que vão sendo tecidas as relações com o contexto político-institucional e efetivamente com as mudanças desejadas, no caso em análise, o Codeter do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, que de forma estruturada busca fazer a gestão social da política de desenvolvimento territorial, embora com uma institucionalidade ainda fraca.

Neste sentido, a questão central colocada nesta pesquisa que gerou esta dissertação foi: qual o papel do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) para a integração e articulação das políticas de abordagem territorial no Piemonte Norte do Itapicuru? Em outras palavras como os membros do Codeter/TIPNI fazem a gestão social das políticas de desenvolvimento territorial e como ocorre a governança territorial?

O objetivo geral foi analisar o papel do Codeter na integração e articulação das políticas públicas de abordagem territorial no Piemonte Norte do Itapicuru, tendo os seguintes objetivos específicos:

- 1) mensurar o nível de participação e mobilização do Codeter/TIPNI na implementação das políticas públicas no território;
- 2) avaliar a estrutura de governança territorial do Codeter/TIPINI;
- 3) demonstrar os impactos de funcionamento do Codeter/TIPNI na integração e articulação das políticas públicas no território.

Parte-se do pressuposto de que as bases teóricas da política de desenvolvimento territorial, na Bahia, apresentam uma conformação adequada, inclusive com Lei sancionada orientadora de implementação da política, mas situações distintas nas relações estabelecidas entre os atores sociais e governamentais acabam interferindo na gestão social e na governança territorial, na execução das referidas políticas.

Uma vez que a política de desenvolvimento territorial na Bahia está sendo experimentada recentemente (10 anos), portanto sem muita produção teórica para ser acessada, o caminho adotado foi o indutivo, redefinindo a hipótese, a partir da imersão na base empírica da pesquisa, analisando a atuação do Codeter no território pesquisado, Piemonte Norte do Itapicuru, como descrito na segunda parte desta introdução.

1.2 O CAMINHAR DA PESQUISA

Vários foram os caminhos percorridos até a definição de como se iria proceder ao trabalho de campo, desde a filiação epistemológica até o itinerário metodológico da pesquisa. Foram muitas idas e vindas até encontrar uma maneira de sair do labirinto no qual se estava retido. Tem-se no conteúdo desta dissertação forte base empírica, associada à própria trajetória do pesquisador no âmbito do Território Piemonte Norte do Itapicuru, primeiro como membro do Codeter, depois como assessor técnico de desenvolvimento territorial, como

bolsista do CNPq e finalmente como agente público de desenvolvimento no território.

Na obra “Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar”, Edgar Morin afirma que “o conhecimento não é um espelho, uma fotografia da realidade. O conhecimento é sempre a tradução e reconstrução do mundo exterior e permite um ponto de vista crítico sobre o próprio conhecimento” (2001, p. 530).

Considerando que o conhecimento se constitui da junção de ideias que são estabelecidas em um determinado tempo e espaço, e que o Codeter é um espaço de construção social, refletir sobre essa configuração implica em dialogar com vários saberes. A diversidade de valores, pensamentos, opiniões, interesses, subjetividades, ideologias e signos existentes nesta estrutura estimulam efetivamente a construção e a ressignificação de algumas concepções e preconceitos.

Nesse processo de aprendizagem no campo sociopolítico se configuram sentidos complexos a partir de diferentes contextos, sobretudo ao exercício da dialogicidade e da construção coletiva em um ambiente extremamente heterogêneo. Por isso, a demanda por um pensar holístico tornou-se fundamental para viabilizar percepções e compreensões das diversas inter-relações que ocorrem no ambiente do colegiado.

Considerando que o termo complexidade dá uma ideia de quantidade e de diversidade, foi necessário “beber da fonte” da base teórica de quem propôs um paradigma caracterizado por uma base epistemológica ampla. Morin (1990, p. 20) explicita que “complexo significa aquilo que é tecido em conjunto” e para aprender esta lógica, é imprescindível desenvolver competências e habilidades para compreender processos considerando as unidades que os compõem.

Em sua obra “Ciência com Consciência”, Edgar Morin chama a atenção para a responsabilidade do pesquisador perante a sociedade e o homem e diz que: “responsabilidade é noção humanista ética que só tem sentido para o su-

jeito consciente” (MORIN, 2005, p. 117). Considera-se que essa ética mencionada pelo autor caracteriza a nossa postura de pesquisador perante a complexidade da realidade social pesquisada. Portanto uma consciência concreta, que nos conduziu a se ter um pensamento capaz de promover a reflexão sobre os fatos analisados.

Considerando, ainda, que a pesquisa está relacionada a um processo social, no qual as relações e interações diversas implicam numa complexidade de ser, conhecimento do espaço, conhecimento das identidades e inclusive o desconhecimento do conhecimento é um convite à reflexão e estímulo à busca de respostas que evidenciem as práticas sociais e os processos de aprendizagem que configuram o Codeter/TIPNI.

Nesse sentido, a problemática da política do desenvolvimento territorial não foi analisada por um único ângulo, ou por uma perspectiva disciplinar. A pluralidade dos atores sociais e das lógicas, valores e sentidos enquanto sujeitos que forjam estrategicamente a gestão social agem numa perspectiva fundamentada em processos participativos e múltiplas concepções paradigmáticas.

Nesta mesma linha de pensamento, Maria Cândida Moraes (2004) propõe um procedimento metodológico interativo, dinâmico, aberto e recursivo, caracterizado pela construção de estratégias adaptáveis e sujeitas às mudanças no processo e que sendo desenvolvidas durante a pesquisa estão também sujeitas ao imprevisto e ao inesperado, requerendo, portanto, pluralidade de amostra e de instrumentos, bem como uma melhor compreensão dos resultados. A autora utiliza a denominação de “pensamento ecossistêmico” para esta concepção que dialoga com a teoria da complexidade de Morin, que converge para uma compreensão que considera as dinâmicas dos processos e as interações existentes na vida social. Assim foi conduzida a pesquisa que deu origem a esta dissertação.

O recurso ecossistêmico tem como propósito a compreensão da complexa realidade, bem como das transformações que ocorrem através dos fluxos

contínuos que acontecem permanentemente entre o sistema e o meio externo. Moraes (2006, p. 2), ainda explicita que “a realidade é constituída de objetos inter-relacionados, de redes de conexões dinâmicas caracterizadoras dos mais diferentes processos”.

Vale salientar que não é fácil escapar aos processos e critérios de rigor científico estabelecidos pelo pensamento positivista, paradigma tradicional que institui a existência do conhecimento científico a partir da “validade e confiabilidade dos dados, bem como a possibilidade de transferência do conhecimento e generalizações de seus resultados para outros contextos e diferentes situações”. (MORAES, 2006, p. 3).

Assim sendo, o trabalho de campo se deu nesse universo de complexidade, no qual se buscou uma pedagogia que permitisse compreender alternativas de aprendizagens multidisciplinares, numa perspectiva onde o diálogo entre os saberes pudessem ocorrer e promover a construção de novos conhecimentos. Neste sentido, Moraes (2006) ressalta que toda mudança traz consigo resistência na hora de se passar de um pensamento a outro, de uma metodologia a outra. Traz também desconforto e inquietação, o que provoca uma série de desajustes e conflitos cognitivo-emocionais durante todo o processo, como foi o caso particular deste pesquisador.

A pesquisa é do tipo qualiquantitativa por analisar e revelar aspectos das relações sociais do fenômeno estudado e por trazer também informações numéricas expressas em gráficos, tabelas e quadros, cujo objetivo foi materializar o resultado das análises de modo a ampliar a compreensão dos dados obtidos na aventura do campo.

Pode-se dizer que o método de abordagem da pesquisa ancorou-se no método de concepções sistêmico pela possibilidade do seu emprego numa visão abrangente e no enfoque diferenciado para que viabilizasse a compreensão da realidade complexa do Codeter e, sobretudo, porque este tipo de pesquisa centra o problema na prática, e, tem por objetivo a busca de soluções

que provocam mudanças e promovem a oportunidade de avaliar seus resultados.

No percurso da investigação, como um membro atuante no Codeter, na condição de pesquisador pôde-se obter informações privilegiadas, necessárias para compreensão do objeto de estudo, embora levando em consideração o distanciamento no sentido da imparcialidade. Essa postura reforça a abordagem de Godoy (1995, p. 02) ao destacar que “[...] o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes”. Desta forma, vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

Como referência empírica da investigação, foi escolhido o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Piemonte Norte do Itapicuru. Esse colegiado é composto por 40 representantes dos nove municípios que compõem o território. Inicialmente foi feito um levantamento da documentação do Codeter/TIPNI, começando pelo Estatuto, e, depois organizando as Atas das plenárias para observar se as deliberações dessas plenárias estavam sendo ou foram implementadas. Também foram observadas as listas de presença dos eventos do Codeter para analisar o grau de participação dos representantes territoriais. Esta etapa foi denominada de “pesquisa arquivista” – Identificação da documentação necessária para a compreensão do objeto de estudo.

Foi também utilizado o “Diário de Bordo” que serviu para registrar os acontecimentos inesperados fora das plenárias territoriais. Ele foi utilizado em todas as visitas técnicas realizadas nos diferentes municípios do território. Como o pesquisador fazia parte do Codeter na condição de assessor territorial de inclusão produtiva (ATIP), como bolsista do CNPq e no último ano como assessor de políticas públicas do Projeto CAR/Pró Semiárido, a “Observação Participante”, foi uma técnica bastante utilizada, quando da realização das visitas técnicas e nas plenárias territoriais.

Outra técnica utilizada foi a de Oficinas para a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS), que no momento da pesquisa de campo estava sendo construído (qualificado, pois já existia um Plano), pelos atores sociais do Colegiado. Nesta fase do trabalho, houve a participação da orientadora, que coordenava o projeto financiado pelo MDA/CNPq, para implantação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento (NEDET), implantado no campus VII, da Universidade do Estado da Bahia, em Senhor do Bonfim.

Uma dúvida surgida no caminhar da pesquisa foi se faria ou não entrevistas individuais. A opção foi considerar a proposta de MDA/SDT que forneceu ao NEDET um questionário para ser aplicado com todos os membros do Code-ter, para avaliar o Índice de Gestão Social (IGS). O Índice de Gestão Social (IGS) é o resultado da aplicação de um instrumento de coleta de dados, cujo objetivo é mensurar a diversidade da gestão social, identificando os principais problemas e aspectos positivos do território. Foi construído por um Grupo de Trabalho denominado de (GT – IGS), composto por professores, pesquisadores e técnicos de universidades públicas, do CNPq e da SDT/MDA, cujos primeiros resultados foram apresentados durante o II Encontro Nacional dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), realizado em Salvador no ano de 2015.

Chegou-se a conclusão que o questionário tinha condições de fornecer os elementos necessários para a pesquisa, tornando-se desnecessário a utilização de outro instrumento para a realização de entrevistas. O questionário continha seis páginas, com 54 questões, sendo a maioria fechadas (ver anexo). A metodologia de aplicação recomendada pela SDT era que o referido questionário fosse apresentado em uma plenária territorial, onde o mesmo seria aplicado de forma coletiva, mas cada membro do colegiado deveria responder individualmente com a assessoria do NEDET. Para a aplicação do questionário seguiu-se as orientações recomendadas pela SDT. 80% dos representantes do Colegiado responderam ao questionário.

Enfim, a fonte básica das informações contidas nesta dissertação foi o conjunto das técnicas utilizadas para a coleta de dados, sendo a mais significativa as entrevistas realizadas com os membros do Codeter com base no questionário do IGS, cujos resultados estão apresentados na parte 4 da dissertação.

A dissertação está estruturada em quatro partes, além dessa introdução e das considerações finais. A parte 2 apresenta a fundamentação teórica na qual procura-se revisitar os conceitos de desenvolvimento, território e políticas públicas.

A parte 3 apresenta o locus da pesquisa, trazendo recortes históricos do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru e suas características gerais, além de descrever sobre seu funcionamento. Amplia a discussão teórica sobre governança territorial e processos educativos, evidenciando a importância da educação contextualizada.

A parte 4 apresenta os resultados propriamente ditos da pesquisa, com base nos objetivos que foram delineados para a mesma. Busca também relacionar os dados empíricos com as categorias de base teóricas, buscando responder as questões de pesquisa a partir dos objetivos propostos. Nas considerações finais, são retomados os aspectos mais relevantes do estudo, numa tentativa de síntese, deixando algumas pistas para novas pesquisas.

2 PRESSUPOSTOS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

2.1 DE QUAL DESENVOLVIMENTO FALAMOS?

A noção empírica que se tem de desenvolvimento está diretamente ligada a crescimento econômico e é reflexo da lógica capitalista. Lógica que para descaracterizar o viés economicista atribuiu o adjetivo sustentável ao desenvolvimento. Este entendimento evidentemente ocasiona conclusões equivocadas ao tratar do assunto e faz-se necessário um entendimento deste “discurso”.

O discurso do desenvolvimento, adjetivado com sustentável, foi sendo legitimado, oficializado e difundido amplamente com base na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro, em 1992 (LEFF, 2001, p.16). Um marco histórico, que implicou numa relevante movimentação dos diversos segmentos da sociedade internacional que apresentou como produto da conferência um plano de ação a ser adotado pelos governos, indústrias e sociedade civil para um comprometimento coletivo em diminuir os impactos ambientais denominado de Agenda 21. Essa Agenda estabelecia um novo paradigma para o desenvolvimento. Entretanto, já se passaram 25 anos desde sua apresentação e os pactos não foram cumpridos, com raras exceções apenas alguns ações isoladas foram implementadas, no Brasil e no mundo, o que tem demonstrado a sua ineficácia.

Observa-se que o paradigma do desenvolvimento sustentável está afinado com a política neoliberal e continua com o viés economicista. Para Escobar (1996) trata-se de uma “política de representação”. Portanto uma estratégia do capital que passa a pautar questões ecológicas e sociais na tentativa de reconciliar sua perspectiva de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Em contraposição a este modelo, faz-se necessário trilhar novos caminhos rumo a um novo paradigma de desenvolvimento. Instituir novos conhecimentos, conceitos que devem ser estabelecidos com a representatividade da sociedade, por meio de debates que vão além de um projeto político e econômico. Necessitam também ser de ordem social, ambiental e cultural.

Nessa linha de pensamento, o desenvolvimento numa perspectiva de sustentabilidade deve considerar as necessidades essenciais da sociedade, ou seja, a construção de uma cultura que considere não só o desenvolvimento pautado no aspecto econômico, mas também nos aspectos ambiental e socio-cultural de modo que promova mecanismos de inclusão social. De acordo com Leff (2001)

O princípio da sustentabilidade surge como uma resposta à fratura da razão modernizadora e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano (p. 31).

Depreende-se dessa afirmação que estamos diante de um paradigma de desenvolvimento que demanda uma nova racionalidade, e assim sendo, se apresenta como um desafio que necessita de estratégias que proporcionem a interlocução com o econômico, o cultural, o social e o ambiental. Neste modelo em questão a sustentabilidade aparece como uma necessidade de restabelecer um “diálogo” da natureza com a economia para as práticas do desenvolvimento, e, com isso, materializando as condições de produção com base ecológica e que assegurem a sobrevivência e o futuro das gerações vindouras.

A perspectiva desenvolvimentista que marcou a década de 1950 no Brasil, sem dúvida teve o mérito de pensar o Brasil a partir de sua própria realidade. Mas por razões históricas, não conseguiu ultrapassar o viés economicista, que, no tocante ao Nordeste brasileiro, assim como em todo o País, associava o conceito de desenvolvimento exclusivamente a elementos de ordem econômica.

Uma exceção a esta tendência foi o trabalho de Celso Furtado. Em 1959, no comando do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), Furtado entregou um relatório ao então presidente Juscelino Kubitschek, no qual expressava claramente a noção segundo a qual o desenvolvimento do Nordeste passava pela articulação entre o econômico, o social e o

político. Esta compreensão para a época representava uma visão de território e, sobretudo das diversas atividades sociopolíticas que ali ocorriam.

Outra perspectiva para o desenvolvimento em questão é aquela que traz a abordagem territorial, considerada como uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas. E, essa abordagem é abrangente e pode proporcionar por meio de processos participativos e de controle social, a construção dos mecanismos para a redução das desigualdades, o respeito à diversidade, a solidariedade, e a justiça social. (SCHWARTZMAN, 2004).

Os estudos que abordam o desenvolvimento numa perspectiva territorial estão numa ordem crescente. Políticas Públicas e Programas Governamentais sobre a temática surgem à medida que as demandas são apresentadas pela sociedade. (ABRAMOVAY, 2007). Daí a ideia do autor para uma “nova economia”, de maneira que proporcione a reprodução social e acesso democrático aos bens e serviço. Para o referido autor esta nova economia tem como finalidade a missão de ampliar a participação dos indivíduos e de vários tipos de comunidade nos processos de inovação, bem como de criação de riqueza.

Entretanto, essa perspectiva de desenvolvimento, também, implica em conflitos e disputas em torno dos interesses específicos. Isso porque sociedade e governo possuem interesses e objetivos diferenciados e peculiares. Contudo, a inter-relação entre o público e o privado, governamental e não governamental individual e coletivo surpreende quando é possível observar a busca do ganho de direito à participação.

Nessa linha de pensamento Abramovay (2012, p.155) afirma que “a sociedade da informação em rede apoia-se em uma revolução científica em que convergem comportamentos humanos cooperativos e formas inéditas de organização do Estado, dos negócios e da vida associativa”.

Vale salientar que o modelo de desenvolvimento territorial tem sido fortalecido a partir de princípios centrados nas pessoas, levando em conta uma

perspectiva integradora dos espaços, dos atores locais, dos mercados e das políticas públicas. Processo de mão dupla que implica em mudança de procedimentos e condutas. Neste sentido Abramovay (2012, p. 155) afirma que “a cooperação direta, intencional, apoiada em normas sociais claras, embora nem por isso localistas ou provincianas, é o mais importante caminho para novas relações entre economia e ética”.

Poder-se-ia dissertar sobre várias concepções de desenvolvimento, no entanto para a finalidade ao qual este trabalho se propõe, vai-se apenas tecer essas considerações preliminares, destacando que até se chegar à abordagem territorial de desenvolvimento outras estratégias foram implementadas como a do desenvolvimento regional, local e rural. Em relação ao desenvolvimento rural uma das questões centrais em sua agenda é a discussão sobre a importância da participação dos atores locais que congrega três conceitos significativos: participação, território e desenvolvimento, elementos esses que caracterizam a abordagem do desenvolvimento territorial. Um enfoque que evidencia uma tentativa de romper com as políticas tradicionais de desenvolvimento rural, cuja as características principais são a centralização e setorização setoriais (PEIXOTO, 2010).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO POLISSÊMICO

Tratar da política de desenvolvimento pressupõe uma situação desafiadora pela polissemia de abordagem que ela representa. Deixa-se aqui claro que não é a intenção esgotar o debate ou mesmo encapsularmo-nos em uma definição. Neste sentido, a intenção é ampliar as discussões para buscar compreender os textos e os contextos de onde se partem as reflexões teóricas e assim responder as questões desta pesquisa. São tantas as políticas públicas brasileiras, principalmente quando são tantos ministérios e cada um tem suas próprias políticas que em alguns casos se inter cruzam e se confundem.

De acordo com Barros (2007, p. 53), “a partir dos anos 1970, a discussão sobre a temática do desenvolvimento adquire novos contornos e são

lançados novos olhares sobre o mundo”, onde se colocava em pauta os impactos nefastos do processo de crescimento econômico até então implementado nos países industrializados com rebatimentos, principalmente no âmbito socioambiental, nos países do Hemisfério Sul. “Ocorre, assim, uma tomada de consciência planetária da necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, capaz de superar os desequilíbrios socioambientais” (BARROS, 2007, p. 53). Por sua vez essa postura depende de uma tomada de consciência crítica de qual tipo de desenvolvimento se quer.

Com foco essencialmente economicista, evidencia-se que as estratégias de desenvolvimento adotadas privilegiaram o crescimento econômico a curto prazo, utilizando-se dos recursos naturais como se fossem inesgotáveis, cujo resultado é uma crise ambiental em escala mundial imensurável (BARROS, 2007). “Mudar este estilo de desenvolvimento é passar por uma aprendizagem social, com uma dimensão histórica e cultural, que deve levar a uma atitude ‘pró-ativa’ diante da problemática socioambiental (SACHS, 1992, apud BARROS, 2007, p. 56).

Especificamente trata-se aqui da política de desenvolvimento territorial no Brasil e na Bahia, colocando em pauta, o Estado, os atores sociais e a própria política que por “melhor concebidas que sejam [...], sua execução enfrentará sempre terríveis dificuldades”. (DELGADO, 2001, p. 27).

O termo Política tem origem na Grécia antiga e significa “de – para” *politikos*, possui relação direta com os assuntos de interesse público e conota orientação ou atitudes de um governo estando diretamente relacionada ao poder do Estado. Para o senso comum política está associada à disputa pelo poder.

Não se pretende aqui discorrer sobre os conceitos de política, entretanto faz-se necessário compreender a finalidade da política como um instrumento capaz de influenciar e intervir na vida cotidiana dos membros da sociedade. Portanto, a política é importante e necessária para atender os interesses da sociedade por meio das implementações de ações específicas. Na construção

destas ações específicas a terminologia política recebe alguns complementos, a fim de expressar sua funcionalidade (políticas sociais, políticas econômicas, políticas de metas, políticas de cotas, políticas agrárias e agrícolas dentre outros).

Considerando que as políticas advêm para solucionar problemas sistematizados numa agenda, transita-se, assim, pelo âmbito das Políticas Públicas, que para (SCHWARTZMAN, 2004, p. 175) “são estabelecidas, em suas linhas gerais, pela política, mas só a política não é capaz de transformá-las em ações governamentais específicas”. O autor ainda afirma que a medição entre a política e as políticas públicas é feita pelo estabelecimento de uma agenda, que resulta em condições mais gerais - econômicas, políticas, sociais – de uma época, bem como dos valores e percepções que permeiam a sociedade em cada momento.

O estabelecimento de uma agenda de políticas públicas depende de vários fatores, merecendo destaque: as emergências imediatas, as prioridades dos partidos políticos, movimentos sociais e instituições que possuem a capacidade para influenciar tanto o governo quanto a opinião pública.

Neste sentido, foi constituída uma agenda no Brasil desde 2003, com um conjunto de políticas públicas tendo como foco a redução da pobreza e das desigualdades sociais para o rural brasileiro. Esta iniciativa de instalar mecanismos políticos com um viés socioeconômico promoveu algumas mudanças relevantes, e possibilitou o enfoque da territorialidade, não querendo dizer com isso que as mazelas permanentes deixaram de existir, principalmente a da pobreza urbana (favelas) e rural, acentuada com maior gravidade no Semiárido Brasileiro.

As políticas públicas construídas a partir do estabelecimento de um governo de “esquerda” foram capazes de promover transformações relevantes, ao considerar o processo de construção coletiva. Os conflitos, a participação das organizações sociais foram significativas para provocar um novo despertar que passou a considerar outras dimensões no processo de desenvolvimento.

Neste sentido não só as dimensões econômicas e sociais foram priorizadas, mas também as dimensões culturais, ambientais e institucionais.

No âmbito do rural brasileiro o modelo de desenvolvimento institucionalizado pela SDT inicialmente pautado no rural assumiu outra estratégia, desta vez tendo como foco o território. Estabelece-se, assim, um modelo inovador com princípios ideológicos e metodologias próprias para efetivação, inclusive com critérios que possibilitaram ampliar, qualificar e implementar políticas focalizando as demandas de cada território.

2.3 O CONCEITO DE TERRITÓRIO: PARA ALÉM DOS RIOS, MATAS E MONTES

Abordar sobre a política de desenvolvimento territorial, pressupõe pensar na própria noção de território e sobre as particularidades inerentes ao termo que Milton Santos (2006, p. 13), de forma objetiva, traduz como o lugar em que “desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”. Podemos pensar, então, que o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e dos sistemas de coisas superpostas, mas tem que ser entendido como o ‘território usado’ (BARROS, 2009). Para Santos (2006, p.13), esse território usado é o chão e a identidade. Assim, o “território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. É “multiescalar”, é um “território-rede” (HAESBAERT, 2006), que se apoia no espaço, mas não se identifica com ele.

Diante as dinâmicas da sociedade e suas múltiplas correlações e as necessidades de integração das populações a perspectiva territorial é desafiadora para os cientistas, técnicos, políticos e a sociedade, justamente, por que demanda o desenvolvimento de conhecimentos que viabilizem compreender a complexidade desses “espaços” e possibilitem desenvolver alternativas que promovam as mudanças necessárias para o desenvolvimento e o bem estar social. Assim sendo,

O território, enquanto espaço privilegiado e especial para a promoção de desenvolvimento é definido a partir de identidades que se materializam em ativos comuns, indivisíveis, e que não podem ser explorados na ausência de algum tipo de compromisso entre os vários agentes interessados [...] (BUAINAIN, 2006, p. 108).

Para isso se deve mobilizar as competências existentes na base territorial, principalmente o capital social e a gestão participativa. Assim sendo, um território, antes desconectado dos polos de desenvolvimento, passa a construir uma dinâmica particular caracterizadora de sua identidade territorial (BARROS, 2007). Neste sentido Beduschi Filho e Abramovay destacam que

Territórios não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais (2004, p. 38).

Os territórios neste sentido, não são definidos pela objetividade dos fatores de que dispõem, mas pela maneira como se organizam. Conforme, Carrière e Cazella (2006, apud BARROS, 2007, p. 70), o “espaço-território” diferencia-se do “espaço-lugar” pela sua construção a partir do dinamismo dos indivíduos que nele vivem. A noção de território designa, portanto, “o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais”.

Assim o Território não pode ser compreendido apenas como um espaço geográfico de atuação e intervenção político institucional, ou mesmo como um objeto da articulação política em torno de seus interesses. O Território é o ambiente onde as relações sociais, culturais, político, econômicas e ambientais ocorrem. Desse modo o território pode ser entendido a partir dos laços entre os

atores sociais, os processos de cooperação construídos e as instituições ali existentes.

Nele se dá a concertação entre os atores sociais e os agentes públicos, os quais instalam a capacidade de fazer acontecer o planejamento, pelo diálogo entre as esferas públicas e os espaços públicos criados. Isso se denomina de novo sistema de governança territorial. (BARROS, 2009, p. 138-139).

Esse entendimento sobre território é lembrado por Milton Santos (1986), ao destacar que o território é onde são realizadas as atividades construídas por meio da herança cultural das pessoas que vivem ali. No movimento de análise de suas próprias produções em 1996, o referido autor complementa suas reflexões sobre o território, afirmando que ele corresponde às interações naturais e sociais onde se tece uma complexa coexistência entre a natureza e as construções humanas, assim se referindo

O território é arena da oposição entre o - mercado - que singulariza - com as técnicas da produção, a organização da produção, a 'geografia da produção' e a sociedade civil - que generaliza - e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de Mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações. (SANTOS, 2006, p.175)

Santos afirma, ainda, que o lugar - não importa sua dimensão - é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil. Considera que é indispensável insistir na necessidade de “um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual”. (2006, p.174)

Tal reflexão se conjuga com o pensamento de, Abramovay (2000, p. 385) ao afirmar que “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades [...]”. Assim, mais do que um

espaço geográfico passivo à ação humana, a concepção de território envolve os laços que se formam entre os agentes que pertencem ao lugar: indivíduos, associações, empresas, grupos informais, entidades governamentais e não governamentais, entre outros. Foi nesse sentido que se identificou este item como “território: para além dos rios, matas e montes”.

Para Verde (2004, p. 5) “o território, seja ele qual for, é entendido como espaço em que as relações sociais são conferidas historicamente”. Neste sentido, a perspectiva de território possui correlações entre o espaço e a sociedade, e essas correlações são complexas, necessitando assim de um olhar multidisciplinar e, sobretudo epistemológico.

O debate é complexo, considerando as diversas realidades, especificidades e dinâmicas locais. Entretanto, esse contexto possibilita o compartilhamento e a socialização das experiências acumuladas. Entrando nessa discussão Gehlen, (2014, p. 9) vai afirmar que: “A noção de território possibilita potencializar as noções de patrimônio social, cultural, ambiental, econômico que estimulam iniciativas de desenvolvimento”, definindo território como sendo uma

[...] construção social que insere as múltiplas dimensões da realidade, dando sentido à produção/reprodução, à apropriação e ao uso de seus recursos, gerando estratificações sociais, paisagens, comunicação, imaginários, representações, sociabilidade. (GEHLEN, 2014, p.10)

Gehlen e Riella (2004) possibilita uma reflexão sobre a integração de conhecimentos técnicos e científicos, alicerçados em metodologias que permitem compreender as possibilidades de desenvolvimento e transformações sociais numa perspectiva de territorialidade extremamente importante. Os referidos autores consideram que a “noção de território apresenta controvérsias porque amplifica o olhar e diversifica as possibilidades de compreender, sistematizar e modificar a realidade complexa”. (p. 20). Ademais, os mesmos autores consideram o território como uma referência globalizante, ou seja, algo que está sendo construído em paralelo ao conceito de globalização, entretanto que

por vezes se opõe a este modelo pelas possibilidades que oferece de reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais.

Buscando sintetizar a polissemia da concepção de território, Haesbaert (2004) considera que existem três vertentes básicas sobre a noção de território.

A primeira delas é a política (quando se refere às relações de espaço-poder em geral) ou jurídico-político (quando se refere também a todas as relações de espaço-poder institucionalizadas). Essa seria a concepção mais difundida, na qual o conceito de território é visto como um espaço delimitado, através do qual se exerce um determinado poder, que muitas vezes, é associado ao poder do Estado. A segunda vertente é a cultural (culturalista) ou simbólica cultural e prioriza uma dimensão simbólica e mais objetiva [...]. A terceira vertente [...] é a econômica (e muitas vezes economicista): na sua concepção, é a menos difundida e enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas. (ROCHA, 2010, p. 40).

Esse entendimento de território converge para a concepção de (SACK 1986, apud BARROS, 2007, p. 68-69) em relação ao conceito de “territorialidade” que ele define como “a tentativa individual ou de um grupo de afetar, influir ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, delimitando e assumindo o controle de uma área geográfica”. Essa área pode ser chamada de território.

Diante das bases conceituais aqui apresentadas, considera-se o território em análise como sendo uma “construção social”, que resulta do conjunto das relações sociais existentes em um dado espaço, no caso em estudo, o território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru. E que, a noção de território designa, portanto, o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais. Assim concebida, a noção de território passa a ser uma “inovação”, que é uma construção social baseada em processos e inter-relações sociais e territoriais que intervêm em todos os níveis, concordando com Pecqueur (2006).

2.4 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MDA E SUA EXPRESSÃO NA BAHIA

A política de desenvolvimento territorial do extinto MDA teve seu fundamento na política de desenvolvimento territorial rural, como um marco inicial à criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pro-naf) em 1995, “representando um passo fundamental na mudança de estratégia no desenvolvimento rural do país” (ROCHA, 2010, p. 49). A partir desse Programa, os agricultores familiares, pela primeira vez tiveram uma política pública pensada para o seu segmento. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999, tinha como competências:

a reforma agrária, a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares e a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Começou, então, a ser organizada e concebida a política de desenvolvimento territorial, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), parte da estrutura organizacional do MDA (ROCHA, 2010, p. 50).

O MDA foi se consolidando e já na primeira gestão do presidente Lula, o referido ministério sobressaia entre os demais, pela incorporação de demandas de segmentos do campo brasileiro (agricultores familiares, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, marisqueiras, ribeirinhos, povos da floresta etc), até então marginalizados do processo de desenvolvimento do país. Neste sentido, em 2004 foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao MDA para “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais, na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” (ROCHA, 2010, p. 50).

Na Bahia as organizações sociais aderiram à proposição de Desenvolvimento Territorial instituída pela MDA/SDT, ministério extinto em 2016, pelo então presidente Michel Temer, logo que assumiu a presidência, com afasta-

mento pelo Congresso Nacional da então presidenta Dilma Rousseff. Esse processo ocorreu por meio de debates sucessivos, mobilização e articulação dos diversos segmentos da sociedade civil. Para viabilizar essa política, o então governador Jaques Vagner, em sua primeira gestão criou os territórios de identidade como espaços de intervenção para operacionalização das políticas públicas.

Nessa perspectiva o MDA proporcionou que os diversos atores sociais (sindicatos, ONG's, movimentos sociais) contribuíssem na construção desta agenda para o desenvolvimento rural. Considerou efetivamente o conhecimento sobre a realidade local que estas instituições possuíam para auxiliar no processo de construção das políticas públicas.

Na Bahia, o Governo com o objetivo de identificar as demandas prioritárias definidas no local, passou a reconhecer e utilizar o território como unidade e seus elementos identitários como elementos para a atuação das políticas públicas. Tal iniciativa equacionou o Estado em 27 Territórios de Identidade.

O processo de construção desta política foi tecido por meio de um contingente significativo de instituições do poder público e da sociedade civil organizada e esse processo de construção demandou ações do governo do Estado que, ainda no mandato do então governador Jaques Wagner, sancionou em 29 de dezembro de 2014, a Lei nº 13.214 que dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial.

A Bahia foi o primeiro estado no Brasil a criar uma rede estadual de colegiados territoriais com a definição do novo ordenamento político-administrativo no Estado. Nesse sentido, todo esse processo de construção culminou com o reconhecimento dos Territórios de Identidade através da Lei estadual 13.214/14, não apenas como espaços geográficos, mas de representação social, política e administrativa.

Com a referida lei os Territórios de Identidade passaram a ser referendado enquanto unidade de planejamento sócio governamental por meio da par-

ticipação efetiva das entidades da sociedade civil e instituições/órgãos públicos em nível local, estadual e federal, objetivando assim, a implantação do processo de governança de forma compartilhada na discussão sobre as demandas sociais e a implantação de políticas públicas. As diretrizes da Política de Desenvolvimento Territorial pautam-se em alguns princípios, sendo estes:

- a) o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável e solidário;
- b) o fomento a coesão social e redução das desigualdades territoriais;
- c) a valorização do potencial de desenvolvimento dos territórios de identidade;
- d) o respeito à diversidade cultural e territorial;
- e) a promoção do uso sustentável dos recursos naturais;
- f) a promoção da inserção competitiva dos territórios baianos;
- g) o estímulo ao desenvolvimento da democracia participativa e
- h) a promoção da ação integrada dos entes federados. (BAHIA, 2014).

Vale salientar que essas definições são resultantes de um amplo processo de sensibilização, mobilização e construção coletiva dos principais atores sociais inseridos nos Territórios de Identidades, tanto do poder público, quanto da sociedade civil organizada. E que no processo de implementação da Política de Desenvolvimento Territorial no Estado da Bahia, algumas estruturas foram criadas estrategicamente como a Coordenação Estadual dos Territórios (CET); o Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual Participativo (CAPPA); e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter).

Embora haja a participação dos membros da sociedade civil nesse processo de discussão política e de construção coletiva, não se pode desconsiderar e refletir sobre as contradições existentes nesse contexto. Apesar da prática social e funcionamento das estruturas do CET, do CAPPA e do Cedeter, percebe-se evidentemente que há além de certa limitação estrutural e funcional dessas organizações, há sobretudo, certa dependência do ponto de vista econômico dos governos municipais, estadual e federal.

Essa dependência econômica e estrutural implica na fragilidade do funcionamento dessas estruturas de governança territorial, tornando-se, em muitos casos, apenas instrumento de viabilizar as demandas e agendas do Estado.

2.4.1 A Coordenação Estadual dos Territórios (CET) e o Conselho de Acompanhamento do PPA-P (CAPPA)

Inicialmente o processo de implementação da política territorial, se deu no período de 2003 a 2006 que culminou na criação da Coordenação Estadual dos Territórios (CET), formada pelos membros do grupo de trabalho criado pelo Programa Nacional de Territórios (PRONAT) e que hoje é uma rede estadual de representação política dos colegiados territoriais constituídos, embora fragilizada na atual conjuntura.

A CET é formada pelo conjunto dos 27 (vinte e sete) Territórios de Identidades, que constituem as suas câmaras temáticas e vem articulando e efetivando de forma unificada à realização de plenárias territoriais, fóruns, conferências temáticas, seminários, simpósios dentre outras atividades, que têm como pautas: educação, saúde, meio ambiente, recursos hídricos e saneamento, desenvolvimento rural, cultura, infraestrutura, juventude, mulheres, comunidades tradicionais dentre outras políticas públicas, vislumbrando assim, à melhoria da qualidade de vida dos habitantes dos respectivos Territórios de Identidade. As Plenárias Estaduais acontecem de forma ordinária trimestralmente, ou extraordinariamente conforme importância e necessidade de diálogo e pautas que envolvam os Territórios de Identidade e a gestão social. (BAHIA, 2017).

Outra estrutura importante no âmbito da Política de Desenvolvimento Territorial é o Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual Participativo – Bahia (CAPPA). O CAPPA foi instituído após a realização do primeiro Plano Plurianual Participativo (PPA-P) Bahia, que ocorreu em 2007, sendo uma iniciativa até então inédita no Brasil e que teve o objetivo de assegurar maior diálogo entre Estado e sociedade para a construção de políticas públicas e mais transparência nas ações do governo. (BAHIA, 2017).

Através do decreto nº 11.123, de 30 de junho de 2008, o CAPPA surge como uma nova institucionalidade, em que a representação da sociedade civil, se integra a um dos ciclos do planejamento estadual. O CAPPA possui a função de acompanhamento da execução do plano plurianual e mediar o diálogo entre a sociedade e o Estado. (BAHIA, 2017).

Seus membros foram eleitos durante a realização das plenárias territoriais, caracterizadas enquanto “Diálogos Territoriais”, quando foram eleitos representantes titulares e suplentes para cada um dos vinte e sete Territórios de Identidade. É um fórum amplo que também possui representações das seguintes secretarias de governo: Secretaria do Planejamento do Estado (Seplan) e da Secretária Estadual de Relações Institucionais (SERIN). (BAHIA, 2017).

2.4.2 O Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter)

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter), é outra estrutura importante para a implementação da Política de Desenvolvimento Territorial. É um órgão de caráter consultivo e de assessoramento, vinculado à Seplan, com a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário do estado da Bahia. Foi, primeiramente, instituído pelo decreto n.º 12.354, de 25 de agosto de 2010 e, posteriormente, pela Lei 13.2014/14. (BAHIA, 2017).

O Cedeter representa uma proposta pioneira no país, sendo a Bahia o primeiro estado a institucionalizar esse instrumento de gestão participativa. A iniciativa consolida o modelo e estabelece novas bases para o planejamento e execução de políticas públicas que fortalecem a inclusão e a participação social.

Vale salientar que se trata de uma importante iniciativa e estratégia de incorporação de instrumentos de controle e participação social na Bahia, por parte do Governo do Estado, que estabeleceu uma composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, por meio da representação atual de onze Se-

cretarias de Estado e onze membros dos Colegiados Territoriais. Antes da extinção do MDA, em 2016, este ministério também era representado nesse Conselho.

O Cedeter é composto pelas Secretarias de Saúde (SESAB), Educação (SEC), Cultura (SECULT), Desenvolvimento Urbano (SEDUR), Relações Institucionais (SERIN), Agricultura (SEAGRI), Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR), Segurança Pública (SSP), Meio Ambiente (SEMA), Trabalho e Emprego (SETRE) e Desenvolvimento Rural (SDR) que exerce a vice-presidência, e a Secretaria do Planejamento (Seplan), que preside o Conselho. (BAHIA, 2017).

Apesar de pouco tempo de existência, o Cedeter já discutiu e encaminhou questões importantes para a Política Territorial, a exemplo das alterações de toponímias e limites dos Territórios de Identidade para o PPA 2012-2015, o que culminou, inclusive, com a revelação de um novo território, o Costa do Descobrimento, e o processo de mobilização e pactuação do PPA. Além da apreciação da proposta de Lei da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia e do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). (BAHIA, 2017).

As reuniões ordinárias do Cedeter acontecem trimestralmente, ou extraordinariamente conforme importância e necessidade de diálogo e pautas que envolvam demandas e propostas de políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável do Estado da Bahia.

O processo de gestão da política de desenvolvimento territorial se dá institucionalmente por meio dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial Sustentável (Codeter's), integrados por representantes do poder público e da sociedade civil. Na Bahia os territórios são identificados como Territórios de Identidade, contando atualmente com 27 Territórios, compondo todos os municípios baianos, dentre os quais trataremos especificamente do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Território de Identidade Piemonte

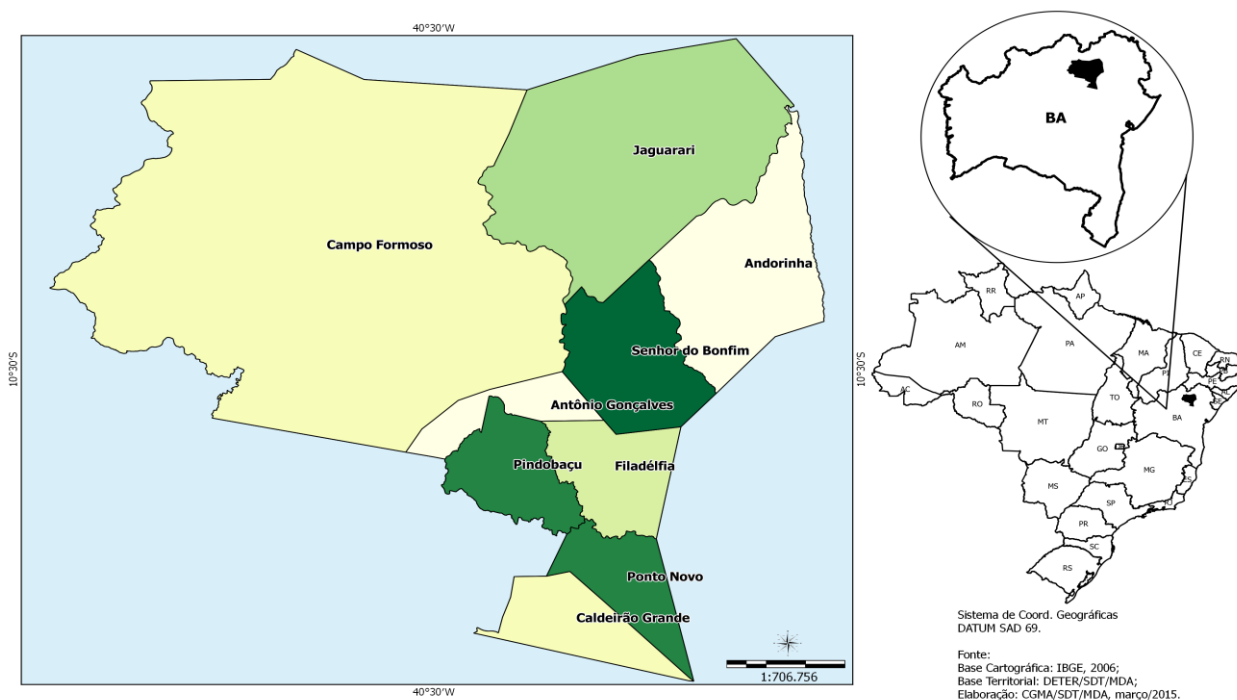
Norte do Itapicuru (Codeter/TIPNI), que será apresentado na seguinte desta dissertação.

3 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU

3.1 RECORTES HISTÓRICOS DO TERRITÓRIO

O Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI) está localizado na região Nordeste, no Centro Norte do Estado da Bahia, Semiárido Brasileiro. É composto por (9) nove municípios sendo eles: Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim. Embora compondo uma mesma área territorial, cada um desses municípios tem a sua história própria de formação, contudo com características semelhantes que os identificam e formam a identidade territorial que os constituiu em um território de identidade. Esse território específico foi constituído por meio de uma plenária com representantes do poder público e da sociedade civil dos nove municípios, realizada em Senhor do Bonfim-BA, em 17 de dezembro de 2006 (PTDS, 2012, BARROS, 2017). A figura 1 apresenta o mapa do território.

Figura 1 – Mapa do Território Piemonte Norte do Itapicuru e sua localização na Bahia e no Brasil



Fonte: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_185_Piemonte%20Norte (2016)

Em relação à ocupação do espaço geográfico que configura o Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI), essa não difere dos demais territórios do sertão nordestino e particularmente do sertão baiano que teve o rio São Francisco como o horizonte da ocupação. Neste sentido, Malvezzi (2016, p. 14) sublinha

A entrada no São Francisco representou um massacre da população indígena local. Os colonizadores entravam e se apropriavam das terras, faziam guerra aos índios. Com eles vinham os franciscanos, que faziam os aldeamentos e ocupavam o São Francisco. A ocupação do São Francisco começou em 1550 e continuou até os séculos XVII, XVIII.

A ocupação no território foco desta análise iniciou pelo município de Senhor do Bonfim, no povoado da Missão do Sahy - um aldeamento do arraial da Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahy - uma Missão religiosa que fora entregue à Ordem dos Frades Menores (Ordem dos Padres Franciscanos), parte integrante do Projeto Colonizador da Coroa Portuguesa aliado à Igreja Católica, que tinha como meta sujeitar os índios ao domínio europeu (PTDS, 2012; BARROS, 2017), como destacado anteriormente.

Conforme Malvezzi (2016) esse processo de ocupação das terras do sertão, via o Vale do São Francisco, desde o final do século XVII que há registro de fazendas de gado ao longo do São Francisco e próximas a outras fontes de água. Neste cenário surgiu o que se consolidou a base econômica do sertão nordestino, a pecuária bovina extensiva. Esse era o caminho mais fácil para penetrar os sertões. As boiadas, por si mesmas, abriam os caminhos por dentro da caatinga. Acompanhavam as boiadas um casal de escravos, negros que vinham do litoral, cuja função era criar o gado, uma vez que não podia ser criado no litoral para não atrapalhar a plantação de cana de açúcar, cultivada em terras abertas, sem cercas. Em pouco tempo, estabeleceram-se os currais que tinham uma abrangência de cerca de três léguas de terra, com eles as habitações construídas de palha para acomodar os criadores do gado, que conhecemos hoje como os vaqueiros. Mais tarde, foi a mineração – descoberta ainda no século XVI (o ouro de “lavagem”) que tinha baixa rentabilidade e veio a ga-

nhar força somente em finais do século XVII, quando a ocupação do interior ganhou grande impulso, sobretudo com o “Ciclo da Mineração” no século XVIII. (PTDS, 2012; BARROS, 2017).

Francisco Dias D’Ávila, filho de Garcia D’Ávila – nomeado feitor e almoxarife da cidade de Salvador e Almoxarife da Alfândega, por Tomé de Souza – primeiro Governador Geral do Brasil – teve uma importância muito grande no desbravamento dos sertões da Bahia, pois foi “um dos primeiros conquistadores” a avançar pelos sertões em busca de minas de prata, ouro, pedras preciosas e outros minerais, abundantes no território. Em 06 de abril de 1724 recebeu autorização da coroa portuguesa para investir no interior, indo do Rio Salitre até o Rio São Francisco. Para este fim “foram contratados bandeiras com a finalidade de combater os indígenas e destruir os quilombos.”, como narra a “Cartilha Histórica sobre a Origem de Senhor do Bonfim”, do Prof. Paulo Batista Machado, (MACHADO, 1993; PTDS, 2012; BARROS, 2017).

Apoiados pelos bandeirantes os novos ocupantes do território foram impiedosos com os moradores, os indígenas, distribuídos em diversas nações. Em sua busca incessante por ouro e por terras férteis – especialmente aquelas situadas próximas a mananciais aquíferos – os portugueses, sempre de forma violenta, expulsavam os índios ou simplesmente os assassinavam, a exemplo do que aconteceu na localidade dos Payayás, em 1666 (PTDS, 2012; BARROS, 2017).

A água, ou os rios, sempre tiveram um papel determinante para as civilizações. Assim, as grandes civilizações surgiram ao redor dos rios, como é o caso do

Nilo, no Egito; os bíblicos Tigre e Eufrates (na região da Turquia, Síria, Iraque e Irã, que estão na origem da civilização humana tal qual a conhecemos; o Tâmsa, na Inglaterra; na França, o Sena e o Loire, este o mais longo rio do país, com mais de mil quilômetros; o Ganges, na Índia; o rio Congo, com o maior delta do mundo; o Mississippi, nos Estados Unidos [...]. Um rio não vem sozinho quando há um povo em volta, constrói-se toda uma cultura, todo um jeito de lidar com aquele rio,

toda uma personalidade para aquela população (MALVEZZI, 2016, p. 14)

O rio São Francisco teve um papel fundamental para o povoamento do sertão nordestino, não apenas pelo lado da colonização brasileira, mas por outros significados, em especial pela água, um bem precioso. Assim sendo, os índios se fixavam preferencialmente em locais que oferecessem acesso fácil a esse bem natural (rios, nascentes, lagoas), que eram exatamente as faixas de terras de maior cobiça dos invasores, os novos ocupantes. No território em análise, as áreas de destaques ficavam nas proximidades dos rios Itapicuru Açu, Itapicuru Mirim, rio da Passagem, rio do Prata, rio do Aimpim, e os riachos Bendó, Torão, riacho do Sítio, da Bananeira, riacho Jabuticaba, da Bandeira e da Estiva, como também de muitos olhos d'água, a exemplo dos existentes no povoado de Oliveira, linha de fronteira Jaguarari - Campo Formoso, e da Fazenda Baixa do Negro, que servia de refúgio de escravos fugitivos, que iam formando seus quilombos, presença bastante forte até hoje no território, a comunidade de Lages dos Negros, em Campo Formoso e de Tijuaçu, em Senhor do Bonfim. (PTDS, 2012; BARROS, 2017).

3.2 CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO

O Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPINI) possui extensão total de 14,1 mil quilômetros quadrados e população de 261,9 mil habitantes, segundo o Censo 2010 do IBGE. Os dois maiores municípios do território são Senhor do Bonfim (74,4 mil hab.) e Campo Formoso (66,6 mil hab.). A tabela 01 apresenta os dados básicos do território.

Tabela 01 – Síntese dos Dados Básicos do Território

VARIÁVEL	VALOR
Área (em Km ²)	14.123,03
População Total (hab.)	261.901
População Urbana (hab.)	144.254
População Rural (hab.)	117.647
Nº de Famílias Assentadas - Reforma Agrária	1.689
Número de Projetos - Reforma Agrária	39
Área Reformada - Reforma Agrária (em hectares)	63.346

Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	13.358
Pessoal ocupado na agricultura familiar	34.253
Número de Pescadores	0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010); INCRA (2014); Atlas do Desenvolvimento Humano (2014); Índice de Desenvolvimento Humano/PNUD (2014).

O bioma predominante do território é a Caatinga. Os climas registrados são o tropical semiárido e o subúmido a seco. As temperaturas costumam oscilar entre 16 e 33 graus. As precipitações pluviométricas tendem a acontecer entre a primavera e o verão, com quantidade de chuva variando anualmente entre 500mm e 800mm. Os municípios economicamente mais dinâmicos do Piemonte Norte do Itapicuru, utilizando-se como critérios o Produto Interno Bruto (PIB) são Senhor do Bonfim, Campo Formoso e Jaguarari. Na composição do PIB, o Comércio e os Serviços estão entre as atividades mais dinâmicas, embora a Agricultura siga também como atividade relevante (BAHIA, 2015).

O território registrou taxa anual de crescimento da população inferior à média da Bahia: enquanto o estado cresceu 0,7% entre 2000 e 2010, os nove municípios que integram o território registraram expansão de apenas 0,5%. O desempenho, em parte, se deve à redução da população rural (0,6%) e ao crescimento insuficiente da população urbana (1,5%). No período, quatro municípios registraram redução no número de habitantes, destacando-se os percentuais mais elevados em Andorinha (0,9%) e Ponto Novo (-0,9%). A migração vem contribuindo para o baixo crescimento do território: entre 2005 e 2010, o saldo migratório foi negativo em 5,9 mil pessoas ou 2,46% da população. Esse percentual, inclusive, é mais elevado que a média registrada para a Bahia, de -1,83%. (BAHIA, 2015).

A exemplo do que ocorre em diversos territórios, a população com idade entre 15 e 59 anos é percentualmente menor no Piemonte Norte do Itapicuru, em comparação com o estado: na Bahia, o percentual é de 64%, contra 61,2% no território. Por outro lado, a população com idade até 14 anos é maior (27,4% contra 25,6% do estado), assim como a população idosa (11,5% contra 10,3%

da Bahia). A tabela 02 apresenta os dados demográficos dos municípios do Território em 2000 e 2010.

Tabela 02 – Dados Demográficos dos Municípios do Território

Município	Área (em Km ²)	2010			População Estimada 2017
		Pop. Total (hab.)	Pop. Urbana (hab.)	Pop. Rural (hab.)	População (hab)
Andorinha	1.247,61	14.414	6.208	8.206	15.490
Antônio Gonçalves	313,95	11.015	5.783	5.232	12.072
Caldeirão Grande	454,94	12.491	4.558	7.933	13.713
Campo Formoso	7.258,68	66.616	24.863	41.753	73.448
Filadélfia	570,07	16.740	9.022	7.718	17.176
Jaguarari	2.456,61	30.343	16.612	13.731	34.499
Pindobaçu	496,28	20.121	11.237	8.884	21.171
Ponto Novo	497,40	15.742	8.405	7.337	15.830
Senhor do Bonfim	827,49	74.419	57.566	16.853	81.218
Total	14.123,03	261.901	144.254	117.647	284.617

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010). <https://cidades.ibge.gov.br/>

Em relação à educação, o analfabetismo ainda apresenta percentuais acima da média da Bahia, os municípios que integram o Piemonte Norte do Itapicuru avançaram em relação ao tema entre os anos de 2000 e 2010. O percentual, que era de 28,3%, se reduziu para 20,6% no intervalo, acima do índice do estado, que atingiu 16,3% em 2010. O percentual mais elevado é o de Caldeirão Grande (26,7%) e somente Senhor do Bonfim (15,7%) e Jaguarari (16,3%) tem percentuais inferiores a 20% no território. Este indicador refere-se às pessoas com idade superior a 15 anos não alfabetizadas. (BAHIA, 2015)

Um resultado positivo foi o avanço da taxa de escolarização bruta dos municípios do Piemonte Norte do Itapicuru, que passou de 92,8% para 98,1%, índice superior à média geral do estado (96,9%). Esse índice dimensiona o acesso à Educação e não considera a evasão. Todos os 09 municípios registram taxa superior a 90%, com destaque para Pindobaçu (98,6%) e Filadélfia (98,4%) na faixa etária dos seis aos quatorze anos. (BAHIA, 2015)

Com relação à faixa etária dos 15 aos 17 anos, também houve avanços, mas os resultados são menos satisfatórios. No período, o acesso à educação passou de 80,1% para 85,7%. Quando se considera a taxa líquida – que deduz a evasão e o abandono – esses índices se reduzem para 12,3% e 38,8%, respectivamente, para os anos de 2000 e 2010. Nota-se, portanto, a necessidade de avançar em relação à permanência desses adolescentes na escola (BAHIA, 2015).

Quanto à vulnerabilidade, embora venha avançando ao longo dos anos o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH nos municípios do Piemonte Norte do Itapicuru ainda está aquém do nível da Bahia, cujo índice alcançou 0,660 em 2010. A única exceção no território é Senhor do Bonfim, com 0,666. Os indicadores mais desfavoráveis foram apurados em Jaguarari (0,559) e em Filadélfia (0,565). Apesar disso, a situação geral evoluiu, pois em 2000 somente Senhor do Bonfim havia ultrapassado o índice de 0,500. O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador de qualidade de vida de uma população. Compõem o IDH a expectativa de vida ao nascer, o nível de escolaridade e a renda per capita. O IDH entre zero e 0,499 é considerado baixo; entre 0,500 e 0,799 é considerado médio e, acima de 0,800, o nível de desenvolvimento é alto. O nível de desenvolvimento do Piemonte Norte do Itapicuru, portanto, pode ser considerado médio. A tabela 03 apresenta os índices do IDH e de Gini do território. (BAHIA, 2015).

Tabela 03 – IDH e Índice de Gini do território

Município	IDHM		Índice de Gini	
	2000	2010	2000	2010
Andorinha	0.383	0.588	0.58	0.55
Antônio Gonçalves	0.422	0.598	0.51	0.51
Caldeirão Grande	0.397	0.573	0.61	0.55
Campo Formoso	0.421	0.586	0.63	0.57
Filadélfia	0.369	0.565	0.54	0.57
Jaguarari	0.465	0.659	0.59	0.66
Pindobaçu	0.406	0.577	0.61	0.50
Ponto Novo	0.370	0.580	0.55	0.49
Senhor do Bonfim	0.524	0.666	0.65	0.57
Total	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000); IBGE, Censo Demográfico (2010).

Tratando-se dos aspectos água e saneamento, o número de domicílios interligados à rede geral de esgoto se ampliou no Território Piemonte Norte do Itapicuru em uma década: eram 10,1 mil em 2000 e passaram a 21,8 mil dez anos depois. Os desafios em relação ao esgotamento sanitário no território, no entanto, ainda persistem: mais de 43,4 mil domicílios utilizam fossas rudimentares, sépticas ou outras formas de descarte de resíduos. O acesso à rede geral de distribuição de água também melhorou: eram 36,2 mil domicílios atendidos em 2000, passando para 57,7 mil no levantamento realizado em 2010. Apesar dos avanços, mais de 18 mil domicílios ainda recorrem a outras formas de abastecimento, a exemplo de nascentes, poços, rios, açudes ou lagos. (BAHIA, 2015).

Com relação aos dados da Agricultura Familiar, o TIPINI possui 11,1 mil estabelecimentos agropecuários com Agricultura Familiar, conforme o Censo Agropecuário 2006 do IBGE. A maior quantidade localiza-se em Campo Formoso (3,7 mil), seguido de Jaguarari (1,54 mil) e Filadélfia (1,5 mil). Os municípios com menor número de estabelecimentos com Agricultura Familiar no território são Pindobaçu (731) e Senhor do Bonfim (779). A tabela 04 apresenta estes dados detalhadamente. (BRASIL, 2015).

Tabela 04 - Dados da Agricultura Familiar

Município	Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	Pessoal ocupado na agricultura familiar	DAP – Pessoa Física
Andorinha	854	1.997	3.098
Antônio Gonçalves	1.069	2.107	1.503
Caldeirão Grande	1.804	5.052	2.372
Campo Formoso	3.708	8.891	11.218
Filadélfia	1.545	3.917	3.380
Jaguarari	1.512	3.474	4.274
Pindobaçu	1.094	2.801	1.567
Ponto Novo	981	3.976	3.134
Senhor do Bonfim	791	2.038	3.943
Total	13.358	34.253	34.489

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006). Casa Civil/ SEAD (fev/2018)

Em relação à distribuição da propriedade entre os agricultores familiares, a maior quantidade está entre aqueles que são titulares da terra que cultivam

(9.995). Há o registro de outras situações, como a parceria (47), o arrendamento (62) e também as ocupações (695). As propriedades ocupadas representam 6,25% do total de estabelecimento da Agricultura Familiar no Piemonte Norte do Itapicuru. (BRASIL, 2015).

Existem alguns assentamentos no território, representando uma área de **63.346.00** hectares distribuídos pelos municípios, conforme a tabela 05.

Tabela 05 - Dados da Reforma Agrária

Município	Nº de Famílias Assentadas - Reforma Agrária	Número de Projetos - Reforma Agrária	Área Reformada - Reforma Agrária (em hectares)
Andorinha	400	11	12.915,00
Antônio Gonçalves	113	3	2.528,00
Caldeirão Grande	425	2	15.463,00
Campo Formoso	354	11	13.810,00
Filadélfia	0	0	0.00
Jaguarari	234	8	13.367.00
Pindobaçu	93	2	3.621.00
Ponto Novo	0	0	0.00
Senhor do Bonfim	70	2	1.642.00
Total	1,689	39	63.346,00

Fonte: SAF/MDA (Jan/2015); IBGE, Censo Agropecuário (2006).

As principais atividades agropecuárias envolvem a caprinocultura, a ovinocultura e o cultivo do sisal, conforme dados do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) realizado em 2013. Uma característica do território é a presença de 57 comunidades remanescentes de quilombos, concentradas nos municípios de Campo Formoso, Senhor do Bonfim e Filadélfia. Há também o registro de comunidades pesqueiras artesanais, distribuídas por Andorinha, Ponto Novo e Campo Formoso, conforme levantamento da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Já em relação ao rebanho bovino no Piemonte Norte do Itapicuru totaliza 176 mil animais, de acordo com dados do IBGE de 2010. Nessa atividade, destacam-se os municípios de Campo Formoso e Senhor do Bonfim, com cerca de 36% do rebanho total do território.

Em relação às políticas públicas, o território é beneficiado pelo Programa Bolsa Família, PRONATEC, PAA-CONAB e PNAE. A tabela 06 apresenta estes dados por município.

Tabela 06 – Políticas Públicas

Município	Programa Bolsa Família - Famílias Beneficiadas	Programa Bolsa Família - Valor em R\$	PRONATEC - Matrículas acumuladas a partir de nov/2011	PAA - CO-NAB - Valor Total Proposta	PNAE - Aquisições (R\$) Previstas da Agricultura Familiar em 2012
Andorinha	2.791	411.660,00	0	0.00	0.00
Antônio Gonçalves	1.760	344.044,00	0	0.00	0.00
Caldeirão Grande	2.688	611.675,00	0	0.00	0.00
Campo Formoso	11.997	1.901.583,00	29	0.00	219,365.00
Filadélfia	3.533	617.563,00	0	0.00	0.00
Jaguarari	4.470	620.321,00	0	0.00	92,926.53
Pindobaçu	3.061	432.566,00	0	350,854.40	0.00
Ponto Novo	3.267	670.322,00	0	0.00	0.00
Senhor do Bonfim	10.368	1.353.143,00	320	0.00	43,343.65
Total	43.935	6.962.877,00	349	350.854,40	355.635,18

Fonte: PBSM/MDA (mar/2015); PBSM/MDA (fev/2015); PAA Data/SAGI/MDS (set/2014); FNDE (dez/2012).

De 2003 a 2015 foram investidos R\$ 1.798.741.61 (Hum milhão, setecentos e noventa e oito mil, setecentos quarenta e um reais, sessenta e um centavos) em apoio a projetos de infraestrutura para agricultores familiares do território, conforme apresentado na tabela 07.

Tabela 07 – Apoio a projetos de infraestrutura PROINF - 2003-2014

Ano	Nº Projetos	Valor
2003	0	0
2004	0	0
2005	1	300,000.00
2006	2	349,000.00
2007	1	150,000.00
2008	0	0
2009	0	0
2010	0	0
2011	0	0
2012	1	185,000.00
2013	0	0
2014	2	814,741,61
Total	7	1.798.741,61

Fonte: CEF (04/05/15); CGMA/SDT (jun/2015).

Convém ressaltar que a base de discussão do PROINF sobre que tipo de projetos elaborar, os grupos produtivos e os municípios a serem beneficiados acontecem nas plenárias territoriais. Assim sendo, mesmo de forma ainda tímida há um movimento dos atores sociais, no acompanhamento e gestão social da política de desenvolvimento territorial no Piemonte Norte do Itapicuru.

O Território Piemonte Norte do Itapicuru registra índice de concentração de renda – Gini inferior à média da Bahia. No estado, o índice alcança 0,631, contra 0,593 no território. Quanto mais elevado o Gini, maior a concentração de riqueza. O território, inclusive, registra avanços em relação à melhor distribuição da riqueza, já que em 2000 esse índice era de 0,650. Um dos efeitos da desconcentração da renda é a redução da extrema pobreza no Piemonte Norte do Itapicuru. No território, o índice se reduziu de 39,6% para 22,6% entre 2000 e 2010. Senhor do Bonfim e Antônio Gonçalves são os dois únicos municípios do território com percentual de extremamente pobres inferior a 20%: alcançaram, respectivamente, 14,2% e 17,5% em 2010. O IBGE considerou extremamente pobre quem tinha renda per capita inferior a R\$ 70,00 em 2010. (BAHIA, 2015).

Os avanços na redução da pobreza devem ser creditados, em parte, às políticas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF). No território, 43,7 mil famílias são beneficiárias do programa, cujo repasse de recursos atingiu R\$ 75,2 milhões entre janeiro e outubro de 2013. Somente em Campo Formoso 12 mil famílias eram beneficiárias, com repasse de R\$ 22,2 milhões entre janeiro e outubro de 2013. A tabela 08 apresenta esses indicadores socioeconômicos. (BAHIA, 2015).

Tabela 08 – Indicadores socioeconômicos

Município	Renda per capita – 2010 (em R\$)	IDEB (2015)	% de extremamente pobres	% vulneráveis à pobreza
Andorinha	230.36	3.6	22.07	85.54
Antônio Gonçalves	236.86	4.7	16.01	87.39
Caldeirão Grande	334.19	4.1	35.53	81.80
Campo For-	199.01	4.00	24.59	78.99

moso				
Filadélfia	662.24	3.70	28.62	59.47
Jaguarari	307.08	4.4	22.46	78.86
Pindobaçu	270.15	4.5	27.54	82.91
Ponto Novo	443.80	3.4	22.85	66.56
Senhor do Bonfim	276.29	3.7	12.75	80.59
Total	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000); IBGE, Censo Demográfico (2010).

www.atlasbrasil.org.br

Em relação ao mercado de Trabalho, a ampliação no número de empregos formais no Piemonte Norte do Itapicuru também é um fator que contribuiu para a redução da pobreza no território. O número de postos de trabalho quase triplicou, passando de 7,7 mil para 22,5 mil entre os anos de 2001 e 2011. Parte do impacto, no entanto, se deve à Administração Pública, que ampliou o número de empregos de 2,1 mil para 9,9 mil no intervalo. Setores como Comércio e Serviços, embora tenham gerado empregos, tem influência mais modesta no Mercado de Trabalho: no Comércio, os empregos passaram de 2,4 mil para 3,7 mil. Já nos Serviços, a variação foi de 1,7 mil para 3,3 mil empregos. A quantidade de empregos formais, no entanto, é limitada quando se considera o volume de trabalhadores sem carteira assinada: 29,6 mil pessoas estão nessa condição, com remuneração abaixo da renda do setor formal: R\$ 394, contra R\$ 910 dos trabalhadores que estão no mercado formal, conforme dados do Censo 2010 do IBGE. A soma dos que atuam por conta própria também é expressiva: 25,9 mil. (BAHIA, 2015).

Apreciando os dados nas tabelas supra citadas, observa-se que, de fato, se concretiza no território o que se descreve sobre a opção de um Governo pela atenção aos extremamente pobres do país, efetivando políticas com esse objetivo, incluindo os atores sociais na sua construção e gestão social, via a governança territorial, no caso do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, sob o controle social do Codeter/TIPNI.

3.3 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CODETER/TIPNI

O Codeter é um espaço de colaboração para o planejamento e a gestão de políticas públicas, e a principal estrutura de articulação e fomento de programas e projetos que visam à promoção do desenvolvimento territorial sustentável via os processos democráticos de planejamento e controle social.

O Colegiado Territorial tem como objetivo principal promover o desenvolvimento territorial sustentável, através de ações de planejamento, integração, articulação e encaminhamento de proposições dos municípios que compõem o TIPNI. Neste Território, ele está organizado em Câmaras Temáticas, divididas por eixos, sendo elas: Desenvolvimento Rural; Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Infraestrutura; Indústria, Comércio e Economia Solidária; Segurança Pública; Educação; Saúde; Turismo, Esporte e Lazer; Cultura e Comunicação; Desenvolvimento Social, Mulheres e Juventude.

A estrutura organizacional do Colegiado consta de uma Plenária composta pelos órgãos públicos e entidades representativas da sociedade civil; a Coordenação do Codeter/TIPNI é composta por representantes de quatro instituições, o Núcleo Executivo por 10 instituições, O Núcleo de Gestão Territorial por 44 instituições sendo 4 de cada Município, totalizando 36 representações de cada um dos 9 municípios e mais 4 instituições do poder público e 4 da sociedade civil de abrangência territorial.

Quadro 1 - Composição do Codeter / TIPNI

Nº	Sociedade Civil	Nº	Poder Público
01	Associação de Assistência e Assessoria Técnica (CACTUS)	01	Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Sr do Bonfim
02	Central das Associações da Agricultura Familiar (CAAF TIPNI)	02	Câmara Municipal de Vereadores de Senhor do Bonfim
03	Sindicato dos Trabalhadores Agricultura da Familiar (SINTRAF)	03	Prefeitura Municipal de Andorinha/SDRMA
04	Associação de Moradores do Povoado de Morro Branco	04	Prefeitura Municipal de Andorinha/SAS
05	Escola Família Agrícola de Antonio Gonçalves (EFAG)	05	Prefeitura Municipal de Antônio Gonçalves/SEMAGRI
06	Sindicato dos Trabalhadores Agricultura da Familiar (SINTRAF)	06	Bahia Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER) de Antônio Gonçalves

07	Sindicato dos Tabeladores Rurais (CMSAFM STR)	07	Prefeitura Municipal de Caldeirão Grande/SEMAGRI
08	Central dos Movimentos Sociais, Comunitários e Agricultura Familiar	08	Câmara Municipal de Vereadores de Caldeirão Grande
09	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura da Familiar (SINTRAF)	09	PMC - Prefeitura Municipal de Campo Formoso/SEMAGRI
10	Cooperativa Apícola de Campo Formoso (COOAPIS)	10	Bahia Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER) de Campo Formoso
11	Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)	11	Prefeitura Municipal de Filadélfia/SEMAGRI
12	Central da Associações de Filadélfia	12	Câmara Municipal de Vereadores de Filadélfia
13	Instituto de Desenvolvimento Social e Agrário do Semiárido (IDESA)	13	PMJ - Prefeitura Municipal de Jaguarari/SEMAGRI
14	Cooperativa de Crédito Norte do Itapicuru (CREDI NORTE)	14	Câmara Municipal de Vereadores de Jaguarari
15	Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)	15	Prefeitura Municipal de Pindobaçu/SEMAGRI
16	Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA)	16	Câmara Municipal de Vereadores de Pindobaçu
17	Sindicato dos Trabalhadores Agricultura da Familiar (SINTRAF)	17	Prefeitura Municipal de Ponto Novo/SEMAGRI PMPN
18	Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Ponto Novo	18	Câmara Municipal de Vereadores – Ponto Novo
19	Cooperativa Mista Agropecuária Regional do Vale do Curaçá (COOPERVAC)	19	Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
20	Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (COOTRAF)	20	Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF)
21	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	21	Instituto Federal Baiano (IF Baiano) Campus Senhor do Bonfim
22	Coordenação Regional da Agricultura familiar (CAF)	22	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (CDS – TIPNI)

Fonte: Construído pelo autor com base na documentação consultada, em 2017.

A Plenária tem caráter deliberativo e consultivo. É considerada como espaço político, representativo e democrático, de tomada das decisões estratégicas do desenvolvimento sustentável, composto pela totalidade das representações que integram o Colegiado Territorial (Quadro 1).

O Núcleo Executivo possui caráter diretivo e executivo. É a estrutura de coordenação do processo de desenvolvimento a ser implementado no Território, por meio da articulação de arranjos institucionais formados para permitir a execução do planejamento. Há também na estrutura do Colegiado Territorial o

Núcleo Técnico, que é o espaço de apoio técnico ao processo de planejamento, elaboração e gestão de desenvolvimento, principalmente no apoio à materialização das propostas contidas nos planos, programas e projetos elaborados pelo Codeter.

O Codeter é portanto, o órgão colegiado superior, ao qual compete todas as decisões estratégicas ligadas ao processo de Desenvolvimento Territorial Sustentável, entre as quais estão: promover o desenvolvimento sustentável indissociavelmente focado nas dimensões econômica, social, política, cultural e ambiental.

Cabe expor que o Codeter/TIPNI tem como principal função, promover os mecanismos de gestão e controle social no território de identidade. É, portanto, uma instância essencialmente política que institucionalmente representa um complexo e dinâmico universo social, político, econômico e cultural.

Nesse coletivo institucional, alguns papéis são desempenhados pelos seus componentes. Dentre as principais ações do Codeter/TIPNI, merecem destaque: a articulação no âmbito territorial, no sentido de realizar os encontros, reuniões, plenárias estimulando e assegurando a participação de seus membros; Acompanhamento, monitoramento e implementação de políticas públicas no território; promoção da gestão e do controle social fortalecendo a institucionalidade da instância colegiada.

Tratando da gestão social no território de identidade Piemonte Norte do Itapicuru, percebe-se alguns avanços alcançados como a reformulação do Regimento Interno, o Planejamento Estratégico (2015-2017) e a Elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) que evidenciam o funcionamento da instância colegiada. No Codeter/TIPNI os principais instrumentos da gestão social são justamente o seu núcleo executivo, as câmaras temáticas, o regimento interno e o PTDRSS.

3.4 A GOVERNANÇA TERRITORIAL E GESTÃO SOCIAL

Nos últimos anos diante da necessidade de atender as demandas das políticas da sociedade, merecendo destaque as de ordens econômicas e sociais, uma nova agenda para o desenvolvimento passou a ser construída. Nesse contexto as situações de desigualdades socioeconômicas imbricadas na pobreza passam a ser pontos de superação para o desenvolvimento territorial.

O processo de construção social no Território implica na importância em considerar as relações de poder neste “espaço”. A participação e articulação da sociedade nos assuntos referente ao Território proporcionam a consolidação das ações coletivas e implicam na governança e gestão no território. Este processo permite ampliar o diálogo e a capacidade de solucionar problemas. Desta forma as organizações sociais do território e, sobretudo os sujeitos que a integram se empoderam ao desenvolver autonomia organizativa e de legitimação nos espaços de exercício do poder.

De modo geral, as premissas de reflexão sobre a governança territorial podem ser ressituidas considerando os novos modos de organização social e de gestão territorial. Entretanto os teóricos que tratam da questão em epígrafe enfatizam que: Tal questão remete ao desenvolvimento local e se situa no contexto histórico da implicação crescente dos atores locais – públicos, privados e associativos – nas dinâmicas de articulação e desenvolvimento do território, a partir da sua capacidade de mobilização e implementação de ações (LELOUP; MOYART; PECQUEUR, 2004, p. 2).

Considerando a questão histórica e a necessidade da construção de alianças que proporcionem o desenvolvimento social no País, autores como Dallabrida e Becker (2003) apontam que é indispensável o processo de planejamento e gestão territorial. Nesse sentido, partem do pressuposto que “o exercício da chamada governança territorial acontece através da atuação e interação dos diferentes atores da sociedade, oriundos das redes de poder socioterritorial. Estas redes de poder constituem-se a partir de interesses grupais de diferentes ordens, ou de interesses corporativos”. (DALLABRIDA, 2007, p. 49).

Dallabrida (2007, p.14), vê a governança territorial como: o exercício do poder e autoridade, por parte dos cidadãos ou grupos devidamente articulados nas suas instituições e organizações, incluindo todos os processos, com o objetivo de diagnosticar a realidade, definir prioridades, planejar a implementação das ações e, assim, determinar como os recursos financeiros, materiais e humanos devam ser alocados, para a dinamização das potencialidades e superação dos desafios, visando o desenvolvimento territorial.

Nessa vivência caracterizada pelas relações institucionais, há, portanto a organização de redes. Trata-se de uma eminente tessitura de caráter multidimensional que se articula de maneira a viabilizar o funcionamento e a operacionalização de estrutura de governança o que para Dallabrida são as “redes de poder socioterritorial”. O termo é utilizado pelo autor para

referir-se a cada um dos segmentos da sociedade organizada territorialmente, representados pelas suas lideranças, constituindo-se na principal estrutura de poder que, em cada momento da história, assume posição hegemônica, tornando-se capaz de dar a direção político-ideológica ao processo de desenvolvimento”. (DALLABRIDA, 2007, p. 49)

Assim Dallabrida (2007) comunga com a ideia de que a governança territorial acontece das interações e das atuações dos distintos atores sociais, oriundos das denominadas “redes de poder socioterritorial”. Para o autor essas redes de poder constituem-se a partir dos interesses grupais de diferentes ordens, inclusive de interesses corporativos.

Ao compreender que a governança territorial tenta articular a dialogicidade e os processos que consideram as diferentes dimensões do desenvolvimento humano (social, política, econômica, cultural) a partir de um objetivo preponderantemente comum, e que é uma ferramenta para consolidar um modelo de desenvolvimento baseado na gestão social, no qual há um compartilhamento de responsabilidades, entre poder público e sociedades civis organizadas. Assim, há uma convergência com a ideia de Henrique Leff quando afirma que “o poder não é um bem que pode ser subministrado e repartido, mas

uma relação de forças que surge no confronto de interesses diferenciados”. (LEFF, 2001, p.72).

Este compartilhamento ocorre no processo de formulação, gestão e controle das políticas públicas, conota especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração. Há de convir que os elementos citados sejam ferramentas para compreender que a perspectiva da abordagem territorial é efetivamente uma estratégia salutar para o desenvolvimento rural sustentável.

Sendo assim, pode-se afirmar que a gestão social é um movimento articulado para proporcionar a construção de um novo paradigma, modelo este para a construção de uma perspectiva emancipatória. Evidentemente, trata-se de um processo político de apropriação social no que tange a democracia participativa, que, estabelece a equidade social, a autonomia dos sujeitos e o respeito à diversidade como condições fundamentais para o exercício da cidadania.

Ladislau Dowbor (1999) vem discutindo esse tema e aponta para as tendências recentes da gestão social destacando a necessidade de reconsiderar as maneira de relações institucionais entre a sociedade e o poder público, considerando as questões políticas, econômicas e sociais, desenvolvendo os mecanismos para articular as informações. Pierre Rosanvallon (1997) afirma que à medida que a população desenvolve a capacidade de diagnosticar os próprios problemas, “aumenta a visibilidade social” e com isso são introduzidas “formas de socialização transversais e solidariedades” que deixam aflorar as necessidades e aspirações da população *in loco*.

3.4.1 Participação: estratégia relevante no processo de democratização

Nesse contexto, percebe-se que no processo de gestão social a participação é estratégia relevante no processo de democratização e construção de mecanismos para promover mudanças significativas na cultura política que te-

mos no País. Neste sentido, estudar o processo de participação dos sujeitos nos espaços públicos, bem como as diversas ações coletivas ao considerar que as organizações sociais, grupos e demais instituições, tematizam questões de interesse comum, negociam, propõem políticas, dentre outras, há de convir que há um exercício do poder local.

Teixeira (2002) afirma que a participação tende cada vez mais a ser considerada, pelos próprios atores, nas suas dimensões simbólica-expressiva e de controle social do poder político, principalmente, quando se concebe a relação sociedade civil e o Estado numa perspectiva de cidadania ativa. O autor destaca ainda que “a participação é um instrumento de controle do Estado pela sociedade, portanto, de controle social e político: possibilidade de os cidadãos definirem critérios e parâmetros para orientar a ação pública”. Entretanto, o referido autor afirma que “viabilizar a participação no processo de decisão apresenta-se como algo problemático”. (TEIXEIRA, 2002, p. 38).

Essa participação da sociedade civil implica na prática de um processo reflexivo, este comportamento fortalece o coletivo que passa a influenciar nas decisões do Estado por meio das reivindicações, apresentação de proposições, das negociações, bem como, de pressão.

A participação e o interesse aliados à responsabilidade institucional, ao sentimento de pertencimento proporcionam acesso à informação, um processo de construção de competências e conhecimentos que conduzem ao empoderamento dos sujeitos. Consiste em uma prática que proporciona aos membros da sociedade a condição para refletir e se apropriar dos mecanismos e condições de emancipação.

Percebe-se, desta forma, que as informações socializadas se aglutinam em conhecimentos constituídos e construídos nesses espaços de discussão participativa, o que possibilita não só as condições para uma ação política coletiva, mas também de integração e educação. A relação sujeito – sujeito a qual conota horizontalidade refere-se também ao que afirma Freire (2015, p. 29):

“conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer”.

3.4.2 O caráter educativo do Codeter

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial é instância de governança territorial especialmente por ele se dá por via de uma construção que agrega múltiplos interesses. Ao mesmo tempo, o colegiado territorial desafia um traço político-cultural importante que diz respeito ao rompimento da ideia do município como *lócus* maior (zona de interesse máximo) para se enxergar o Território como espaço coletivo no qual o local (a esfera municipal) se fortalece pela possibilidade de diálogo, conexão, interdependência e mobilização coletiva de ações/políticas que beneficiam o conjunto da população e não apenas um segmento, ou um local. Afinal, segundo Freire (2015, p. 30): “O homem é um ser da “práxis”; da ação e da reflexão”.

As evidências desta afirmativa estão imbricadas no movimento cotidiano do colegiado territorial, sobretudo, nas ações articuladas por seus membros para que as políticas públicas se consolidem no território. As construções coletivas, oriundas dos processos de discussão e construção são os elementos que proporcionam a participação e a apropriação dos conteúdos e informações por parte dos seus membros.

Nesse sentido, afirma-se que na gestão social a participação implica em processo de aprendizado contínuo. E, a práxis cotidiana de diálogo, relações de poder e participação cidadã fortalecem os sujeitos e suas organizações. O exercício da prática política que relaciona o Estado e a Sociedade Civil Organizada não deve ser considerado apenas como processo de participação política, mas também de construção de um conhecimento, que concretamente tem-se uma dimensão educativa.

Essa dimensão educativa leva a uma reflexão sobre a proposta de educação contextualizada para convivência com o Semiárido Brasileiro (ECSAB),

área de concentração do mestrado que se vincula esta pesquisa, que entende a educação não apenas na sua concepção formal, mas, sobretudo com uma atitude de respeitar a existência de uma coletividade de atores sociais capazes de perceber sua existência no seu contexto na perspectiva do desenvolvimento para além da visão economicista, mas que implicam a produção de outra racionalidade e existencialidade, considerando que

[...] A contextualização é também um problema de ordem política. A contextualização é antes, um problema de 'descolonização'. É uma questão de romper com uma forma de nomeação operada 'de fora' que se quer dá o tempo suficiente para que os sujeitos possam organizar uma auto-definição e auto-qualificação. Antes disso, porém, eles já estão nomeados, qualificados, representados numa caricatura na qual sequer podem se reconhecer (MARTINS, 2004, p. 32).

Conforme Martins (2004), os contextos não devem ser compreendidos apenas como a sala de aula, a comunidade e/ou um determinado território, mas como uma rede de conteúdos que podem fundir passado e presente, local e global, o pessoal e o coletivo. Refere-se aqui ao coletivo do Codeter/TIPNI com suas divergências, sua pluralidade e complexidade, mas que é por isso mesmo que as aprendizagens são múltiplas e coletivas. Para Ribeiro (2017) estaria composta,

assim, uma proposta de educação que considera indispensável a construção e reconstrução de experiências já vivenciadas pelos sujeitos educandos como possibilidade de fazer, reconhecer e promover novas e antigas identidades, construindo e ressignificando saberes e fazeres, tendo nesses uma perspectiva crítica e criativa que promova o empoderamento e valorização individual e coletiva dos sujeitos e do meio em que vivem para uma ação transmissora de aquisição de conhecimentos. (p. 70)

Uma ação transformadora de conhecimentos deve, acima de tudo, levar em consideração a articulação entre os atores, promovendo o diálogo e aprimorando a convivência nos espaços de formação, como o do Codeter, e isso "pressupõe a institucionalização e produção de outra racionalidade que concebe a educação como um processo experiencial e de formação sociocultural [...]" (RIBEIRO, 2017, p. 71).

Observa-se que no Codeter em análise essa formação sociocultural se faz na complexidade das relações estabelecidas que vai da aceitação das agendas do Governo no território, aos conflitos no momento de definir a locação dos projetos das políticas públicas financiados para o território. Nesse sentido, Reis (2011) ressalta que se faz necessário desenvolver uma teia de complexidade que envolve os elementos da intersubjetividade dos sujeitos no processo de formação, no qual

o sujeito se constrói enquanto sujeito singular, na autêntica relação que estabelece com outros indivíduos (hetero-formação), consigo mesmo (auto-formação), com o ambiente e com as coisas (eco-formação) e isso vai (sic) além de compreender a formação como algo em si mesmo, mas que chega e se faz também com e nos docentes, alunos e com o meio em que transitam e constroem as mais diversas relações nas tessituras das suas vidas e das suas comunidades (REIS, 2011, p. 123).

Neste sentido, é salutar ficar atento como essas relações acontecem nos espaços de atuação, de discussão, de definições e indefinições, ou seja, de produção do saber sócio-cultural, entre os representantes da sociedade civil e os agentes públicos, nos quais são produzidos saberes diferenciados, principalmente de aprendizagens compartilhadas de sobrevivência, melhor dizendo de convivência com o Semiárido que “move a relação das pessoas entre elas e com entes invisíveis, agregando valores simbólicos que fazem fronteira com o sagrado, com a memória, com os ancestrais (MARTINS, 2004, p. 46).

Avritzer (1994, p. 288) defende que “os processos de aprendizagem coletiva necessitam estabilizar-se em instituições”. Entretanto a forma de como esta ação ocorre pode não ser suficiente no processo de formação pedagógica. Nesta perspectiva a observação de Sartori (1994) é salutar quando diz que a informação é importante para o conhecimento, mas exige compreensão, reflexão e inter-relações. O referido autor afirma que só a participação no processo de aprendizagem é incapaz de levar a uma opinião bem formada e inteligente. Neste contexto há um diálogo com as ideias de Paulo Freire quando afirma que

O homem é um corpo consciente. Sua consciência, 'intencionada' ao mundo, é sempre consciência de em permanente desapego até a realidade. Daí que seja próprio do homem estar em constantes relações com o mundo. (FREIRE, 2015, p. 98)

Essa linha de pensamento implica num processo educativo, capaz de promover a autonomia dos sujeitos que passa pela conscientização a enfrentar seus problemas do cotidiano. A compreensão da realidade implica em transformação social, ou seja, numa condição de dialogar criticamente, principal objetivo da educação e porque não dizer do princípio de um movimento social.

Uma formação crítica que visa à autoeducação é capaz de possibilitar aos sujeitos e suas organizações estabelecer conexões, compreender as dinâmicas da sociedade e superar obstáculos. Assim,

[...] no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em aprendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-aprendido a situações existenciais concretas. (FREIRE, 2015, p.29)

Paulo Freire nos convida a tratar a educação enquanto processo de libertação que proporciona ao sujeito uma consciência para o exercício da práxis transformadora. Desta maneira o poder de exercer o controle social dá a ideia de soberania. Um verdadeiro caminho estratégico para tratar dos assuntos de interesse sociais e políticos.

Nesse sentido é fundamental perceber a ação social do Codeter enquanto um movimento social. Gohn (2008) em sua obra *Novas Teorias dos Movimentos Sociais* chama a atenção sobre as novas formas da ação social coletiva. A autora entende os movimentos sociais como fenômeno chave para o processo de transformação das relações sociais e dos agentes do processo de mudanças na sociedade (GOHN, 2008, p.11).

Para Gohn (2008, p.97) “o movimento social apresenta-se na abordagem acionalista como ação de um grupo, um ator coletivo”. E nessa perspectiva há de considerar a ideia de que o colegiado de desenvolvimento territorial,

embora composto por entidades da sociedade civil e do Estado é também um movimento social, considerando principalmente que a sua ação coletiva enquanto grupo organizado tem por objetivo alcançar mudanças sociais por meio, inclusive, do embate político em um contexto específico permeados por tensões sociais, econômicas, políticas, culturais e religiosas.

Evidentemente, a instância colegiada é composta por instituições representadas por pessoas. Sujeitos com subjetividades do ponto de vista político, cultural, humano que neste espaço são os atores sociais que embora tenham interesses específicos e individuais comungam de objetivos coletivos. Para Gohn

O sujeito não é uma reflexão do indivíduo sobre si mesmo, seu interior ou o espelho de sua intimidade. Ele é ação, é um trabalho, que nunca coincide com a experiência individual. A experiência a que ele se refere é a coletiva, o aprendizado a partir do coletivo". (GOHN, 2008, p.95).

Gohn (2008) defende que os movimentos são ações orientadas para interações entre adversários em conflito e considera a sociedade como espaço dos processos de relações sociais, normas, instituições, identidades, dominação e resistências. Considerando a ideia da autora, é salutar afirmar que essas organizações são de fundamental importância para a sociedade enquanto meio de reivindicação e manifestação, e, que sua existência requer, portanto formação política e organização qualificada, sobretudo com as causas a que se propõem a reivindicar.

Observando o Codeter/TIPNI, evidencia-se nessa instituição um conjunto de relações sociais importantes entre os indivíduos que os levam a discutir os problemas, amenizar os conflitos e propor alternativas de resolução. Ademais, as diversas abordagens e temáticas tratadas neste espaço imprimem um caráter multidisciplinar no que tange às temáticas pautadas, tanto aquelas ligadas aos sistemas de produção, quanto àquelas relacionadas às questões de gênero, geração e etnia.

O Codeter/TIPNI é um espaço de formação da ação coletiva de junção de forças na busca do bem comum. Como tal “é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural”. (GOHN, 2008, p.14). Mas, vale salientar que não é seguro afirmar que a sociedade civil organizada opera na condução de ações políticas por meio das novas estratégias de poder, sobretudo na conjuntura política vivenciada em 2017 no Brasil, na qual os avanços políticos de participação social na proposição de políticas públicas para os diferentes segmentos da sociedade estão retrocedendo, sendo assim, a participação da sociedade civil organizada torna-se ameaçada. Neste sentido, surge o desafio de como exercer um controle social sobre as políticas públicas, em um contexto social e político desestabilizado? Como assegurar a governança territorial e a gestão social se o Codeter ainda não se apresenta com uma institucionalidade forte?

4. O PAPEL DO CODETER PARA INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS NA ABORDAGEM TERRITORIAL NO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU

O papel do Colegiado de Desenvolvimento Territorial no processo de articulação e integração das políticas é justamente o de promover o planejamento participativo, gestão e controle social das políticas públicas, assim como o de articular e fomentar programas e projetos. Considerando que o colegiado é o espaço de interlocução dos diferentes atores que atuam no território, tem na sua composição a presença de movimentos sociais, ONGs, cooperativas, movimentos de base, fóruns, redes, bancos públicos, universidades, instituições de pesquisa e extensão e representações do poder público das esferas federal, estadual e municipal.

A estratégia de abordagem territorial adotada pelo Brasil desde 2003, ganha um peso maior na Bahia por força da Lei 13.214, que reconhece os Territórios de Identidade como unidades de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia. Nesse contexto, os Colegiados Territoriais têm participado da “escuta” para elaboração e inclusão de propostas no Plano Plurianual Participativo (PPA-P) do Governo Estado da Bahia, com representações no Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter), Conselho Estadual dos Territórios (CET) e no Conselho de Acompanhamento do PPA-P (CAPPA). Embora esta instância colegiada não esteja dentro do pacto federativo (Município – Estado e União) é indiscutivelmente um relevante instrumento de discussão das políticas públicas.

O Codeter/TIPNI como instância de gestão das políticas torna-se um espaço legítimo para a interlocução dos diferentes atores sociais que o compõem, para a promoção do planejamento participativo, como acontece todos os anos em um encontro específico do Colegiado, para avaliar e planejar as ações do ano seguinte. Não deixa de ser uma prática de gestão e de controle social. A referida instância colegiada é relevante não só do ponto de vista institucional, mas, também do ponto de vista político, principalmente ao considerar as repre-

sentações que compõem essa estrutura, seja ela do poder público ou da sociedade civil.

Essa prática do Codeter/TIPNI coaduna-se com a perspectiva da abordagem territorial, considerada como uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas, abrangente e que pode proporcionar por meio de processos participativos e de controle social, a construção dos mecanismos para a redução das desigualdades, o respeito à diversidade, a solidariedade, e a justiça social, como ressaltada por Schwartzman (2004).

Para mensurar o nível de participação e mobilização do Codeter/TIPNI na implementação das políticas públicas no território, avaliar a estrutura de governança territorial do Codeter/TIPNI e demonstrar os impactos de funcionamento do Codeter/TIPNI na integração e articulação das políticas públicas no território, foi utilizado o questionário do Índice de Gestão Social (IGS), recomendado para ser aplicado a todos os integrantes dos 186 Colegiados Territoriais espalhados pelo Brasil, com Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), com o objetivo de realizar um recenseamento do colegiado. Para a SDT o IGS seria calculado a partir de uma pesquisa de opinião e não de uma quantificação dos impactos ligados aos recursos realmente implementados nos territórios.

Uma vez que o questionário IGS não previa a identificação do respondente foi destacado no III Encontro da Coordenação Nacional dos NEDET, ocorrido em todas as regiões do Brasil, em 2016, nas apresentações do IGS que o questionário IGS não seria submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pág. 44, de 24 de maio de 2016, estabelece, em seu Art. 1, Parágrafo único, in verbis:

Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

I - pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;

- II - pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei n o 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- III - pesquisa que utilize informações de domínio público;
- IV - pesquisa censitária;
- V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e
- VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;
- VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e
- VIII - atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização. (BRASIL, 2016, grifo no original)

Ante o exposto, concluímos que não há necessidade de submeter o questionário IGS a Comitê de Ética e Pesquisa. Aproveitamos a ocasião para salientar a importância da mobilização de todos os NEDET na aplicação do questionário em seus respectivos Colegiados, dada a relevância desta pesquisa como instrumento de avaliação interna da dinâmica estabelecida no Colegiado Territorial no que se refere ao seu funcionamento, gestão e controle social. (BRASIL, 2016, p. 02)

Sobre a não identificação dos participantes, quando da aplicação do questionário no Codeter/TIPNI foi explicado aos membros participantes que não era preciso identificar-se, bastava apenas as respostas. Todo o questionário foi apresentado em PowerPoint para o coletivo e cada questão era explicada no coletivo. Com o questionário em mãos os membros do colegiado respondiam individualmente. O questionário foi o mesmo utilizado nos 33 Territórios da Cidadania atendidos pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), como uma experimentação e depois difundido para os 186 Colegiados contemplados com a assessoria dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET).

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA DO ÍNDICE DE GESTÃO SOCIAL (IGS)

O Indicador de Gestão Social (IGS) é inferido a partir do cálculo de 9 indicadores agrupados em 3 dimensões (ver quadro 2), cada um sendo a média de seus próprios indicadores. O IGS resulta da média dos valores dessas 3 dimensões e varia entre 0 e 1, sendo o resultado classificado nas seguintes categorias: 0,00 – 0,20 = Baixo; 0,20 – 0,40 = Médio Baixo; 0,40 – 0,60 = Médio; 0,60 – 0,80 = Médio Alto; 0,80 – 1,00 = Alto.

Quadro 2 - Composição do Índice de Gestão Social (IGS)

Dimensões	Indicadores
1. Participação e mobilização	1.1 Capacidade de mobilização
	1.2 Capacidade de decisão dos diferentes segmentos
2. Estrutura de governança	2.1 Capacidade de gestão do colegiado
	2.2 Desempenho do funcionamento
3. Impactos do funcionamento	3.1 Legitimidade
	3.2 Exercício do poder
	3.3 Aprendizagem
	3.4 Territorialização das políticas públicas
	3.5 Melhoramento dos laços sociais

Fonte: Piraux; Caniello (2016).

Piroux e Caniello (2015), conceberam as dimensões “mobilização e participação” e a “estrutura de governança” como dimensões constitutivas do dispositivo de governança e a dimensão “impacto do funcionamento” como a capacidade de gestão dos colegiados por atividade desenvolvida. Deste modo no que se refere ao que foi denominado de dimensões constitutivas do dispositivo de governança, são mensurados: a articulação e mobilização dos membros do colegiado para participar das reuniões, a frequência e participação nas plenárias territoriais, funcionamento do colegiado e sua capacidade de gestão.

A participação e articulação da sociedade nos assuntos referente ao Território proporcionam a consolidação das ações coletivas e implica na governança e na gestão social do território. Desta forma as organizações sociais do terri-

tório e, sobretudo os sujeitos que a integram se empoderam ao desenvolver autonomia organizativa e de legitimação nos espaços de exercício do poder.

Os valores da média nacional referente ao (IGS) aplicado nos trinta e três (33) Territórios de Cidadania foram respectivamente para cada dimensão analisada: dimensão “participação e mobilização” índice/indicador (0,522); dimensão “estrutura de governança” índice/indicador (0,503), dimensão “impactos do funcionamento” índice/indicador (0,699) aferindo um valor médio nacional IGS de (0,559), conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - IGS em 33 Territórios da Cidadania do Brasil

Medidas	IGS	Participação e Mobilização	Estrutura de Governança	Impactos do Funcionamento
Indicador	0,559	0,522	0,503	0,699
Classificação	Médio	Médio	Médio	Médio – alto
Valor mínimo	0,353	0,288	0,327	0,508
Valor máximo	0,688	0,735	0,620	0,842

Fonte: SGE/MDA (2014)

Considerando que a organização social pode proporcionar o funcionamento e a operacionalização de uma determinada estrutura, é fundamental buscar compreender as lógicas e dinâmicas de relação de poder que expressam as funcionalidades organizacionais, bem como dos indicadores que apontam o nível de funcionamento e de gestão de uma determinada estrutura. Neste contexto, e considerando que uma estrutura de governança é dimensionada pela sua capacidade de gestão e pelo seu desempenho de funcionamento é que se analisa os indicadores que apontam o nível de governança territorial do Codeter/TIPNI.

Conforme a análise de Piraux e Caniello (2015), quando se avalia a variação do IGS apurado para os 33 Territórios, percebe-se a diversidade de situações, no entanto a maioria não apresenta grandes problemas, pois

em 12 territórios (36%) o IGS foi médio alto ($\geq 0,60$) e em 14 territórios (42%) foi médio com viés positivo (0,50 - 0,59), enquanto em 5 territórios (15%) o IGS foi médio com viés negativo (0,40 - 0,49) e 2 territórios (6%) apresentaram um IGS médio baixo (0,20 - 0,39). Entretanto, [...], esse desempenho “me-

diano” indica que os colegiados são um arranjo institucional ainda frágil, pois apresentam vários dilemas no ciclo de gestão social. (PIRAUX; CANIELLO, 2015, p. 09)

Já com relação à variação nos índices apurados para as três dimensões, os pesquisadores perceberam que “participação e mobilização” apresenta um desvio padrão importante (0,114), enquanto as outras dimensões variam menos, sendo que “impactos do funcionamento” obteve o menor desvio padrão (0,067). Assim, “percebe-se que há uma grande concordância acerca dos bons resultados da gestão social, enquanto a base do ciclo de gestão social, isto é, a mobilização e participação dos membros dos colegiados variam bastante de território para território”. (PIRAUX; CANIELLO, 2015, p. 09)

Em relação ao dispositivo de governança territorial, os pesquisadores observaram que os indicadores que compõem essas dimensões variam bastante de colegiado para colegiado territorial, especialmente as capacidades de mobilização (DP = 0,175), decisão (DP = 0,103) e desempenho do funcionamento (DP = 0,098), “o que impõe a necessidade de estudos mais aprofundados que possam explicar as causas dessa variação, como os já encetados para o próprio IGS”. (PIRAUX; CANIELLO, 2015, p. 10), como apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 - Dimensões constitutivas do dispositivo de governança

Dimensão	Valor	Nível	Indicadores	Valor	DP	Min	Max
Mobilização e Participação	0,522	Médio	Capacidade de Mobilização	0,540	0,175	0,18	0,82
Estrutura de Governança	0,503	Médio	Capacidade de Decisão	0,504	0,103	0,23	0,70
			Capacidade de Gestão	0,538	0,062	0,39	0,64
			Desempenho do Funcionamento	0,468	0,098	0,25	0,63

Fonte: Piraux; Caniello (2016) / SGE/MDA (2014)

O indicador “capacidade de mobilização” – medida pela própria avaliação que os respondentes tinham dela, pela frequência dos encontros da plenária (cada 4 ou 5 meses em média), do núcleo dirigente (cada um ou dois meses

em média) ou do núcleo técnico (cada 4 meses em média) quando este último existia – obteve um escore médio (0,540). “Cabe ressaltar que o desvio padrão desse indicador é o maior obtido entre os quatro apurados, o que demonstra que esse fator é muito diferente segundo os territórios”. (PIRAUX; CANIELLO, 2015, p. 09)

Já em relação ao indicador “capacidade de decisão” dos representantes das instituições presentes nas reuniões do colegiado, este também é avaliado como médio (0,504), revelando o baixo desempenho de um número significativo de segmentos sociais, “principalmente os membros dos governos estadual e municipal, das entidades religiosas e de comunidades tradicionais. A baixa capacidade dos representantes dos governos municipais está relacionada ao absenteísmo”, à rotatividade e à falta de autonomia que os representantes das prefeituras possuem em função da não participação dos prefeitos nas reuniões, o mesmo acontecendo com os representantes dos governos estaduais. Ademais, nota-se que das três esferas de poder público, a participação dos municípios é menor que a das esferas estadual e a federal, o que é um fato inusitado no marco da gestão territorial, como revelam Piraux e Caniello de acordo os dados dos questionários (PIRAUX; CANIELLO, 2015, p. 11)

Compreende-se como gestão social a capacidade de construir debates, definir e cumprir regras, resolver conflitos e acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas. No âmbito dos Colegiados a gestão social é um movimento articulado pelos membros da instância territorial que proporciona a emancipação e o empoderamento dos sujeitos. Trata-se essencialmente de um processo político de apropriação da sociedade do que diz respeito aos assuntos de interesse público.

No processo de gestão social a participação é uma estratégia relevante para a democratização das informações e também para a construção dos mecanismos que promovem mudanças significativas na cultura política. Nos Co-deter a gestão social implica num conjunto de práticas e num processo reflexivo, que fortalece o coletivo e passa a influenciar as decisões do Estado. Nessa perspectiva a movimentação ocorre essencialmente por meio das reivindica-

ções, da apresentação de proposições, das negociações, bem como, com as ações de pressão.

A gestão social do colegiado de desenvolvimento territorial implica na capacidade que tem o coletivo em construir debates, definir e cumprir regras, resolver conflitos e acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas. Outra dimensão da gestão social que foi analisada por Piroux e Caniello (2015) é a de impacto do funcionamento.

Para esta dimensão os autores buscam mensurar justamente a capacidade de gestão dos colegiados por atividades desenvolvidas, sobretudo as que de maneira geral indicam a legitimidade do colegiado; processos de aprendizagem; construção de laços sociais e a territorialização de políticas públicas. São analisadas a participação de gestores públicos, assessoramento técnico, influência política e relações institucionais. O quadro 5 explicita os dados nacionais disponibilizados pelo SGE/MDA.

Quadro 5 - Impacto do funcionamento dos colegiados territoriais

Indicador	Escore	Nível
Legitimidade	0,658	Médio-alto
Aprendizagem	0,678	Médio-alto
Territorialização das políticas públicas	0,617	Médio-alto
Melhoramento dos laços sociais	0,853	Alto

Fonte: SGE/MDA (2014).

Os indicadores utilizados por Piroux e Caniello (2015) foram essencialmente a legitimidade da instância frente à sociedade; a aprendizagem dos membros do colegiado nos processos participativos e na vida ativa da instância; no sentimento de pertencimento ao território e, por conseguinte dos laços sociais constituídos através das relações cotidianas; territorialização de políticas públicas e a qualidade de vida da população. Vale salientar que os indicadores mensurados nesta avaliação refletem a funcionalidade da gestão social dos colegiados territoriais no País, apresentando assim a média nacional que para essa dimensão o IGS marcou (0,699) com classificação médio alto.

4.2 O PAPEL DO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU, MEDIDO PELO ÍNDICE DE GESTÃO SOCIAL

Discorrer sobre a gestão social no TIPNI requer retomar as questões que nortearam esta pesquisa, o propósito foi de efetivamente analisar o papel do Colegiado de desenvolvimento territorial no processo de integração e articulação das políticas públicas de abordagem territorial no Piemonte Norte de do Itapicuru. E, de forma específica mensurar o nível de participação e mobilização do Codeter/TIPNI na implementação das políticas públicas no território; avaliar a estrutura de governança territorial do Codeter/TIPINI e demonstrar os impactos de funcionamento do Codeter/TIPNI na integração e articulação das políticas públicas no território.

Para dar conta em atender o planejado, foi necessário revisitar estrategicamente alguns conceitos tais quais (território, governança, mobilização social e educação contextualizada), para ampliar as condições de compreensão dos conceitos, associar a práxis social no TIPNI e proporcionar às condições de dar cientificidade à base empírica da pesquisa. Instituído por Lei o Codeter/TIPNI é um espaço de colaboração para o planejamento e a gestão de políticas públicas, tem como objetivo promover o desenvolvimento territorial sustentável, por meio de diversas ações. Possui uma estrutura formada pela plenária, coordenação, núcleo diretivo e câmaras temáticas. Compete a esta instância todas as decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento de ordem econômica, social, política, cultural e ambiental do território.

Neste contexto retomar o conceito de território para além dos rios, matas e montes faz-se necessário, e Milton Santos (1986) reflete sobre território afirmando que ele corresponde às interações naturais e sociais onde se tece uma complexa coexistência entre a natureza e as construções humanas. Daí a posição em não considerar o território apenas como espaço físico. Abramovay (2000) entende como sendo um espaço geográfico passivo à ação humana, que envolve laços que se formam entre os agentes que pertencem ao lugar e os agentes públicos, ou seja, são os indivíduos, as associações, as empresas,

os grupos informais, as entidades governamentais entre outros que formam o território.

Nesse contexto o TIPNI não se constitui apenas na geografia espacial que formam os 9 municípios, para além desta unidade o Piemonte Norte do Itapicuru tem como característica a diversidade socioeconômica, política, cultural e ambiental. Portanto, não é só a terra e o rio que cedem o relevante nome. É gente! São instituições que cotidianamente dinamizam as relações sociais no território. Relações inclusive de poder! Que ocorre evidentemente durante o processo de construção social no território. As relações de poder no TIPNI dão-se por meio da interlocução das organizações sociais e dos Governos (Municipal, Estadual e Federal) que tendem a se organizarem em rede.

Dallabrida (2007) utiliza a terminologia “redes de poder socioterritorial” para expressar que a governança territorial é resultado das interações e das atuações dos distintos atores sociais. Comunga a ideia de Henrique Leff afirmar que “o poder não é um bem que pode ser subministrado e repartido, mas uma relação de forças que surge no confronto de interesses diferenciados”. (LEFF, 2001, p.72). Nesse sentido, a governança no TIPNI é exercida pelos membros do Codeter ao dialogar com os Governos e ao planejar, monitorar e avaliar a proposição, implementação e execução de políticas públicas.

Os avanços na implementação da política de desenvolvimento territorial no TINPI, possui uma relação direta com a capacidade de mobilização e participação dos atores sociais na vida do território. Faz-se necessário destacar que é justamente esse envolvimento institucional e o interesse em acompanhar as ações dos Governos no território que qualificam o funcionamento do Code-ter/TIPNI implicando no desempenho do status de governança. Este perfil não só chancela o colegiado territorial como instância de poder legitimada, mas também, como espaço de contínuo aprendizado.

O processo de aprendizado no âmbito do TIPNI está relacionado diretamente com as construções coletivas, oriundas da participação e dos momentos de discussão sobre os conteúdos e informações pautados no Codeter por parte

dos seus membros. Os debates, informes e a socialização das informações permitem a apropriação por parte dos sujeitos sociais que passam a conhecer e a compreender os contextos. É salutar afirmar que conhecimento pode gerar Poder!

Ao considerar que a compreensão da realidade implica em transformação social, apega-se à ideia de Freire (2015) ao afirmar que no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido. O autor defende que processo de libertação que proporciona ao sujeito uma consciência para o exercício da práxis transformadora é educação. Considerando que processo de transformação social está associado justamente à organização e a práticas experimentadas nas relações sociais, isso é ratificado por Gohn (2008), ao dizer que o aprendizado é uma experiência coletiva, neste sentido o Codeter/TIPNI enquanto organização social é também um importante espaço de formação contínua.

Os elementos destacados e que antecedem a apresentação do resultado do Índice de Gestão Social (IGS) do TIPNI, são norteadores para facilitar a compreensão do que foi considerado em cada dimensão e indicador de desenvolvimento. Portanto, para verificar o Índice de Gestão Social (IGS) do Codeter/TIPNI analisou-se os 38 questionários aplicados aos membros do Codeter, seguindo a mesma metodologia orientada pela SDT, com o propósito de exprimir de maneira mais aproximada à realidade, o funcionamento dos colegiados territoriais. O Índice é inferido a partir do cálculo dos nove indicadores agrupados em três dimensões, apresentados no quadro 2, cada uma sendo a média dos seus próprios indicadores. Como já ressaltado, o IGS resulta da média dos valores dessas três dimensões e varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo o resultado classificado nas seguintes categoriais: 0,00 - 0,20 = Baixo; 0,20 - 0,40 = Médio Baixo; 0,40 - 0,60 = Médio; 0,60 - 0,80 = Médio Alto; 0,80 - 1,00 = Alto. O quadro 6 apresenta o resultado do IGS do Codeter/TIPNI.

Quadro 6 - IGS no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru.

Medidas	IGS	Participação e Mobilização	Estrutura de Governança	Impactos do Funcionamento
Indicador	0,767	0,812	0,747	0,744
Classificação	Médio – alto	Alto	Médio – alto	Médio – alto

Fonte: NEDET/UNEB/TIPNI (2016)

Com o intuito de mensurar os dispositivos da gestão social no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, bem como, o de avaliar as capacidades institucionais do CODETER, esta etapa de análise de dados fundamenta-se em consonância com o percurso utilizado por Marc Piraux no processo de avaliação dos dispositivos de governança territorial nos Territórios da Cidadania no Brasil.

Neste contexto, a utilização de indicadores foi fundamental para retratar o perfil do Colegiado de Desenvolvimento Territorial, tendo em vista os desdobramentos de construção coletiva e as preceptivas que norteiam a abordagem territorial para o desenvolvimento. Para tal, a observação das estruturas institucionais que compõem o colegiado; suas capacidades organizacionais; iniciativas e o exercício da gestão social foram fundamentais para compreender as dinâmicas e lógicas do funcionamento do Codeter/TIPNI composto por representações da sociedade civil e dos poderes público (Municipal; Estadual e Federal).

Vale salientar que a primeira dimensão analisada foi a de **Participação e Mobilização**. E, para este indicador foram considerados os processos de mobilização dos membros do Colegiado para participar das reuniões e Plenárias Territoriais. Em seguida procedeu-se com a análise da **Estrutura de Governança** do Codeter/TIPNI, e, para expressar este indicador foram considerados a capacidade de gestão do Colegiado e suas Instâncias; Nível de conhecimento sobre a Política de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas; O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS;

Ações e Desempenho do CODETER. Já para o indicador **Impacto do Funcionamento** do Codeter/TIPNI foram considerados os aspectos ligados à Legitimidade; Exercício do Poder; Aprendizagem; Territorialização das Políticas Públicas e o Melhoramento dos Laços Sociais.

Durante o processo de avaliação dos indicadores apontados pelo IGS do TIPNI, foi possível observar que nas três dimensões analisadas (Participação e Mobilização, Estrutura de Governança e Impactos do Funcionamento) os resultados dos índices foram classificados como Alto, Médio-alto e Médio-alto respectivamente. Ao fazer a comparação com a média do IGS Nacional, cujos valores apresentados foram respectivamente: Participação e Mobilização - 0,522 (Médio); Estrutura de Governança - 0,503 (Médio) e Impactos do Funcionamento - 0,699 (Médio-alto), percebeu-se que o Índice de Gestão Social no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru apresentou valores superiores à média do País.

No que tange a Dimensão Participação e Mobilização, cujo indicador corresponde ao valor (0,812), portanto, classificado como Alto. Foi possível observar que no Codeter/TIPNI existe um sistema de comunicação constante e eficiente, e em pleno funcionamento. Vale salientar que, além das chamadas mensais e convites remetidos para as Plenárias Territoriais, toda e qualquer convocação para participar dos eventos promovidos pelo Colegiado e Parceiros, os representantes da referida Instância comparecem, e em especial os membros que representam a sociedade civil. Essa participação também é mensurada pela participação dos membros do Colegiado nas reuniões, plenárias, fóruns de discussão, comitês, conselhos, câmaras temáticas, dentre outros. No TIPNI os meios de mobilização mais utilizados atualmente são a internet (convites por e-mails) e o WhatsApp, acessíveis à maioria dos membros do Colegiado.

Com relação à Estrutura de Governança, que no TIPNI apresentou resultado para este indicador de (0,747), classificado como Médio-alto. Pode-se atribuir esta pontuação, principalmente ao esforço do Núcleo Diretivo do Codeter/TIPNI para manter as Plenárias Territoriais mensais e itinerantes. O Núcleo

Diretivo associado ao coletivo estabelece um cronograma de atividade em cada município do TIPNI, além de elaborar planejamento estratégico anual e avaliações das ações realizadas no exercício do ano corrente. Ademais, assim os membros do Codeter/TIPNI participam também das instâncias deliberativas e consultivas da política de desenvolvimento territorial como o CAPPA, o CEDETER, e a CET, além de participação nos processos de “Diálogos Territoriais”, e de “Escutas Territoriais”, do PPA-P convocados pelas Secretarias do Governo.

No que se refere aos Impactos do funcionamento do Colegiado, afere-se a legitimidade da instância colegiada, o exercício do poder pelos membros do Codeter/TIPNI, os processos de aprendizagem, territorialização das políticas públicas e os laços sociais que vão se estabelecendo e a formação de redes. O indicador mensurado foi de (0,744), classificado como Médio-alto. Por fim, o estudo revelou que a média do IGS no TIPNI é de (0,767), cuja classificação, portanto é Médio-alto, valor superior à média Nacional com valor (0,559) e classificação de IGS Médio. Este resultado coloca o Colegiado de Desenvolvimento Territorial em um patamar de destaque, no que tange a Gestão Social, não significando com isso que ele esteja com sua institucionalidade forte, a ponto de andar com autonomia absoluta..

Quadro 7 - IGS Nacional x IGS TIPNI

Dimensão do IGS	IGS Nacional	Classificação	IGS TIPNI	Classificação
Participação e Mobilização	0,522	Médio	0,812	Alto
Estrutura de Governança	0,503	Médio	0,747	Médio-alto
Impactos do Funcionamento	0,699	Médio-alto	0,744	Médio-alto

Fonte: NEDET/UNEB/TIPNI (2016)

Essas evidências que indicam o nível de gestão social no âmbito do Codeter/TIPNI podem ser melhor percebidas com o reconhecimento da Compa-

nhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR) no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Rural na Região Semiárida da Bahia – Pró Semiárido.

O Pró-Semiárido é um projeto oriundo de acordo de empréstimo firmado entre o Governo do Estado da Bahia e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Tem como grande propósito a ser alcançado a promoção de mudanças efetivas na condição de vida das famílias assistidas, ampliando a produção agropecuária com sustentabilidade, considerando a sociobiodiversidade e as relações de gênero, raça e etnia. O Projeto definiu focar nas áreas de pobreza rural, utilizando como critérios para a definição dos municípios os menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do Estado da Bahia; os maiores índices de semiaridez e a territorialização, no que tange a aglomeração de municípios e propõe um novo paradigma de desenvolvimento, pois reconhece que a agricultura familiar e a reforma agrária são geradoras de trabalho, emprego e renda.

Vale salientar que alguns critérios para a definição das comunidades rurais também foram utilizados, tais quais: densidade de domicílios com renda abaixo de R\$ 140,00/mês; densidade de estabelecimentos rurais da Agricultura Familiar com menos de 20 hectares; densidade das Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAPs) emitidas e a aglomeração das comunidades rurais mais próximas. Visa atender 70.000 famílias em 32 municípios do sertão baiano inseridos nos Territórios de Identidade: (Bacia do Jacuípe; Piemonte da Diamantina; **Piemonte Norte do Itapicuru**; Sisal e Sertão do São Francisco). Conta com um aporte financeiro de R\$ 300 milhões para investimento e custeio nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Fomento às atividades de segurança hídrica e produção sustentável; agroindustrialização e comercialização da produção e Acesso às políticas públicas para o meio rural e a agricultura familiar.

Neste cenário o Codeter/TIPNI é reconhecido pela CAR e pelo FIDA como instância de gestão das políticas públicas e governança territorial, sendo assim o espaço legítimo para avaliação dos Planos de Investimento dos Territórios Rurais no âmbito do Projeto Pró-Semiárido. O processo de avaliação dos

Planos de Desenvolvimentos dos Territórios Rurais pelo Codeter/TIPNI tem caráter consultivo e obedece a algumas orientações: Todas as propostas de financiamento de atividades de beneficiamento acima de USD 50.000 são submetidas à avaliação do Colegiado; As propostas são encaminhadas pela Coordenação do Projeto Pro-semiárido para o CODETER, para que os procedimentos de análise sejam realizados diretamente pelo Colegiado ou por meio da Câmara Técnica de Desenvolvimento Rural. A avaliação dos Planos de Investimento é efetivada eletronicamente, sendo apresentado no campo do parecer, comentários e sugestões que visam o aprimoramento das ações a serem desenvolvidas, de acordo com os princípios norteadores do Projeto. Os Planos de Investimento após aprovados e contratados são executados por Associações de Agricultores Familiares sob acompanhamento de Equipe da CAR Pro-semiárido e a Entidade de ATER, mas também conta com as parcerias estabelecidas com as Prefeituras e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. O Codeter/TIPNI tem sido realmente instância consultiva na implementação do Projeto no território.

No período de 2016 e 2017 foram analisados 36 Planos de Investimento pela instância Codeter/TIPNI. Os referidos Planos têm por objetivo proporcionar um processo gradual de mudança nos agroecossistemas que leve ao desenvolvimento de estilos de agriculturas mais sustentáveis, considerando as dimensões social, ambiental e econômica: Na Dimensão Social, tem foco na organização, fortalecimento das representações sociais, melhoria da qualidade de vida, autonomia, segurança alimentar e nutricional, participação de jovens e mulheres nas decisões; Na Dimensão Ambiental: diminuição do uso de insumos contaminantes, conservação da agrobiodiversidade, melhoria dos indicadores de qualidade ambiental do solo e da água; No que tange a Dimensão Econômica, a geração e apropriação da renda, eficiência produtiva, organização econômica, agroindustrialização, acesso a mercados.

A tabela 09 revela o volume de recursos que somados totalizam cerca de 13 milhões de reais que foram avaliados pelo Codeter/TIPNI e destinados às comunidades rurais dos municípios que compõem o Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru.

Tabela 09 - Planos de Investimento e Volume de Recurso CAR Pró Semiárido no TIPNI

Município	Planos de Investimento	Valor CAR R\$
Andorinha	02	1.011.051,77
Antônio Gonçalves	01	590.041,80
Caldeirão Grande	02	886.268,98
Campo Formoso	09	3.638.255,94
Filadélfia	03	1.402.362,19
Jaguarari	04	2.037.553,08
Pindobaçu	02	825.591,07
Ponto Novo	02	944.053,25
Senhor do Bonfim	03	1.632.530,86
TOTAL	28	12.967.708,94

Fonte: <http://carweb.ba.gov.br/sisplandi/> (2017)

4.3 O PROTAGONISMO DOS ATORES SOCIAIS DO CODETER NA INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL

Os avanços na implementação da política de desenvolvimento territorial no TINPI, possui relação direta com a capacidade de mobilização e participação dos atores sociais na vida do território. Faz-se necessário destacar que é justamente esse envolvimento institucional e o interesse em acompanhar as ações dos Governos no território que qualificam o funcionamento do Codeter/TIPNI, implicando no desempenho de status de governança. Este perfil não só chancela o colegiado territorial como instância de poder legitimada, mas também, como espaço de contínuo aprendizado, no qual os atores sociais se transformam em protagonistas desse processo.

Vale, portanto, apontar que há algumas fragilidades que impactam o funcionamento do Codeter/TIPNI de forma negativa. As escolhas das instituições do poder público e da sociedade civil, embora ocorram de forma democrá-

tica e em plenárias, restringem a ampliação e a participação mais efetiva por parte das organizações sociais, devido à limitação de vagas para composição do colegiado. Outro ponto a destacar são os conflitos nos momentos de escolhas de membros do Codeter e das instituições sejam do poder público ou da sociedade civil, o mesmo problema ocorre nos momentos de indicação de projetos e tomada de decisão. Contradições que inclusive viabilizam articulações setoriais por parte do poder público municipal e das instituições da sociedade civil que passam a dialogar com as pautas individuais e de interesse particular com o governo do Estado.

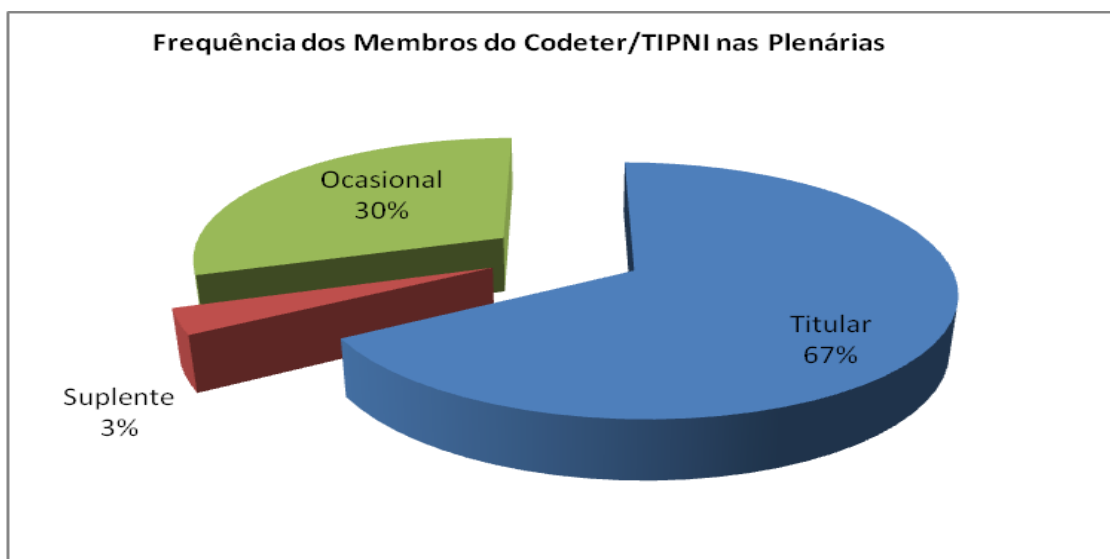
No que tange às questões relacionadas ao conhecimento sobre o território e a abordagem territorial para a implementação da política, ainda há um fosso o que concretiza a governança territorial e que de fato acontece no exercício da governança do Codeter/TIPNI. Essa governança requer mais planejamento, ou seja, superar o imprevisto, precisa desenvolver um conjunto de competências com base estruturada, uma vez que o colegiado territorial é um instrumento para a discussão das políticas públicas.

Outra questão é que os membros do Codeter/TIPNI demandam de uma maior formação acerca da compreensão sobre o que é o território suas concepções e qual o real propósito da política de desenvolvimento territorial para se tornarem de fato protagonistas das políticas de desenvolvimento territorial. Ainda há uma confusão muito grande sobre o que é a política de desenvolvimento territorial e a implicação dos atores sociais e institucionais. Neste sentido, é de fundamental importância aprofundar e saber o que é o território e a política de desenvolvimento territorial, para que os membros do colegiado que representam os municípios sejam os protagonistas, interlocutores e disseminadores da ideia da governança territorial para que a população se sinta contemplada e participe também desse processo por meio de suas representações.

É, portanto salutar registrar também aqui outros elementos que expressem o perfil do Codeter/TIPNI e como essas características específicas justificam o Índice de Gestão Social com nível de classificação (médio alto) e indicador numérico de (0,746).

Conforme explicitado na dimensão mobilização e participação, a análise dos dados das listas de frequência das Plenárias Territoriais aponta que 70% dos membros diretivos do Codeter estão presentes nos encontros mensais ordinários e nas atividades extraordinárias. Esse retrato é importante e reflete a quantidade de atores sociais e das instituições nas atividades do território. O gráfico 1 demonstra a distribuição dos membros do Codeter nas plenárias territoriais.

Gráfico 1 – Frequência dos membros do Codeter/TIPNI nas plenárias

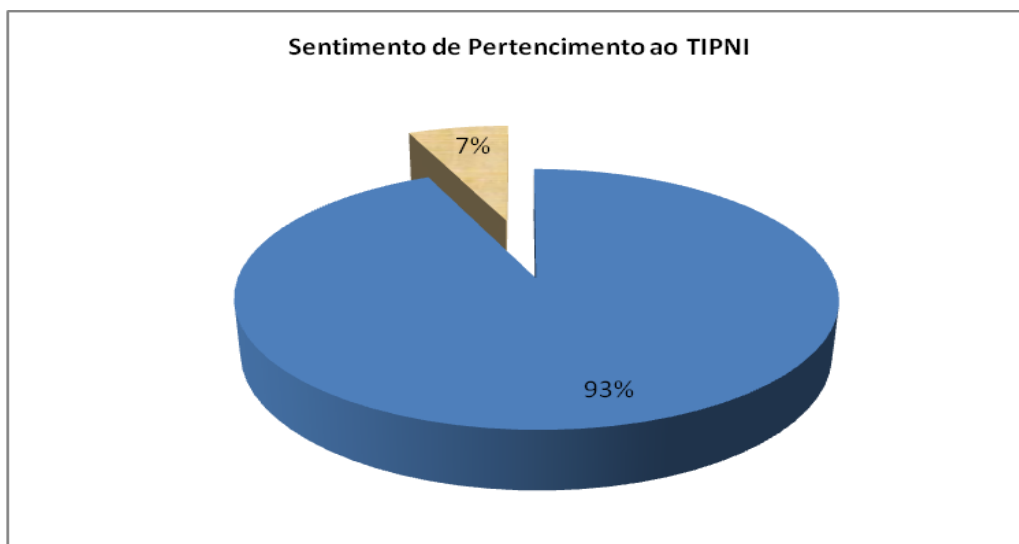


Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados de campo (2016).

Outra questão importante é a relação dos atores sociais e o território. Esta relação é externalizada pelo sentimento de pertencimento por parte dos membros do Codeter/TIPNI. Sentimentos de identidade, expressados pelo colegiado e agora ampliados através do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (CDS TIPNI); do Serviço Territorial de Apoio a Agricultura Familiar (SETAF/TIPNI); Delegacia Territorial da Polícia Civil; Núcleo Territorial de Educação (NTE 25) ou seja, se configura no território a identidade e a institucionalização das estruturas do poder público.

O gráfico 2 apresenta a expressão do sentimento de pertencimento ao TIPNI pelos seus membros. Revela que 93% das instituições e/ou suas representações se consideram parte inseridas no Território.

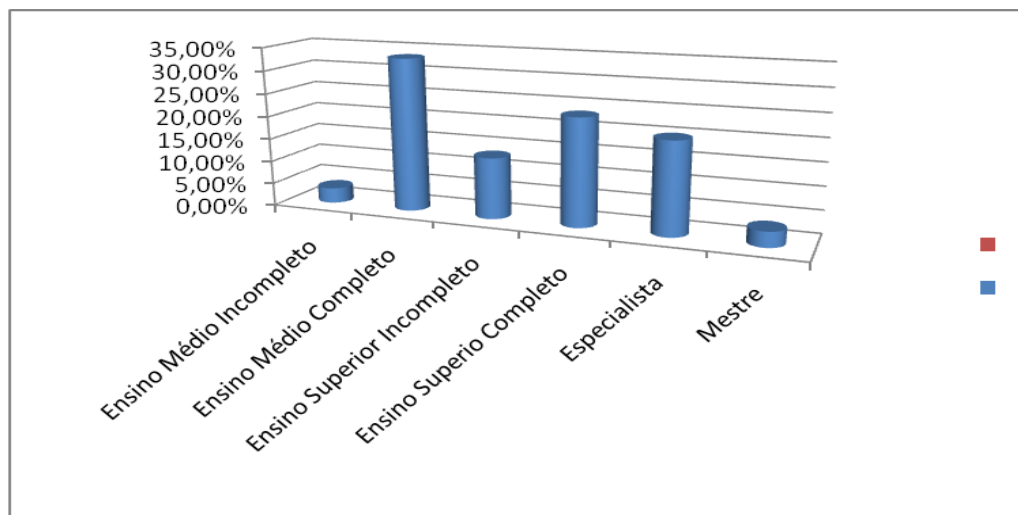
Gráfico 2 – Sentimento de pertencimento ao TIPNI



Fonte: Dados Coletados pelo Autor (2016).

Outro aspecto relevante que merece atenção e que evidentemente contribui significativamente nos números do IGS/TIPNI é o perfil dos membros do Codeter/TIPNI, vale salientar que no território estão instaladas 3 Instituições públicas de Ensino Superior. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB); a Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF) e o Instituto Federação Baiano (IF Baiano), além destas IES, existem no TIPNI outras instituições de nível superior instaladas, da iniciativa privada. Vale salientar que a UNEB, a UNIVASF e IF Baiano participam do Núcleo Diretivo do Colegiado.

O gráfico 3 apresenta o grau de escolaridade dos membros do Codeter/TIPNI. A análise deste gráfico aponta que cerca de 30% dos membros do Codeter possuem o ensino médio completo e 37% com grau de escolaridade de nível superior. Esse perfil evidencia qualidade no nível de discussão e intervenções nas plenárias territoriais.

Gráfico 3 - Grau de escolaridade dos membros do Codeter/TIPNI.

Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados de campo (2016).

É fundamental compreender que o território não é uma “pizza” que se faz e distribui com políticos ou entidades. O território é o local da identidade dos sujeitos, do respeito às diferenças socioeconômicas e da diversidade política, culturais e ambientais. Gehlen e Riella (2004) se referem a território como o lugar que possibilita uma reflexão sobre a integração de conhecimentos técnicos e científicos, alicerçados em metodologias que permitem compreender as possibilidades de desenvolvimento e transformações sociais numa perspectiva de territorialidade extremamente importante, como o que vem ocorrendo com o Pro-semiárido, em que o Codeter/TIPNI está sendo protagonista na promoção e ampliação dos laços sociais no TIPNI na perspectiva de transformações sociais.

Embora haja gestão e controle social no TIPNI, o Codeter ainda precisa ser mais atuante, pois, a sociedade geral precisa também saber o que é o território, o que é a política de desenvolvimento territorial. Percebe-se que ainda falta essa articulação entre o Codeter e a população em geral. Observa-se que necessitam ser trabalhadas com os demais segmentos da sociedade as questões relacionadas à identidade territorial, ampliar as reuniões para um coletivo maior no sentido de mostrar o verdadeiro papel do colegiado territorial, isso por que muitas pessoas ainda desconhecem inclusive o seu papel na gestão das políticas públicas. Cabe lembrar o que Buainain (2006) ressaltou que o territó-

rio, enquanto espaço privilegiado e especial para a promoção de desenvolvimento é definido a partir de identidades que se materializam em ativos comuns, indivisíveis, e que não podem ser explorados na ausência de algum tipo de compromisso entre os vários agentes interessados.

Para a sociedade é fundamental saber onde estão ou o que estão fazendo os sujeitos sociais de luta pela terra, as associações de bairro, as comunidades eclesiais de base, as igrejas, as instituições que fomentam as políticas no território. Convém relacionar essa afirmação ao pensamento de Abramovay (2000) quando afirma que um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades. Neste sentido, mais do que um espaço geográfico passivo à ação humana, a concepção de território envolve os laços que se formam entre os agentes que pertencem ao lugar: indivíduos, associações, empresas, grupos informais, entidades governamentais e não governamentais, entre outros. Outra questão que merece atenção, é que algumas definições em plenária levam tempo para se materializar, havendo assim uma sensação de muito discurso e pouca prática! Tal situação faz com que muitas pessoas e suas representações deixem de participar do processo de discussão e de construção coletiva.

Portanto, para que de fato o Codeter funcione efetivamente como a instância de governança territorial é importante aprimorar todas essas questões destacadas. O colegiado precisa refletir sobre a ocorrência de eventos de embates, das expressões de vaidades tanto por parte de membros da sociedade civil e do poder público, que geram em alguns casos os conflitos que dificultam as tomadas de decisões, para que se estabeleça de fato a governança territorial e a gestão social no TIPNI e assim essa instância de desenvolvimento territorial se transforme em um arranjo institucional forte. Isso corresponde dizer que o Codeter/TIPNI é um espaço de aprendizagens múltiplas. Nesse sentido, retoma-se a conceituação de território de Santos (2006), quando diz que o território é uma arena da oposição entre o - mercado - que singulariza - com as técnicas da produção, a organização da produção, a 'geografia da produção' e a sociedade civil - que generaliza - e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas, pois o território é suporte de redes "que transportam as verticalida-

des, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações”. (p.175).

Como espaço de aprendizagem faz-se necessário desenvolver uma teia de complexidade que envolve os elementos da intersubjetividade dos sujeitos no processo de formação, conforme Reis (2011), no qual o sujeito se constrói enquanto sujeito singular, na autêntica relação que estabelece com outros indivíduos. Essas relações acontecem em um espaço de debate, de definições e indefinições, ou seja, de produção do saber sócio-cultural, entre os representantes da sociedade civil e os agentes públicos, nos quais são produzidos saberes diferenciados, principalmente de aprendizagens compartilhadas de sobrevivência, melhor dizendo de convivência com o Semiárido que “move a relação das pessoas entre elas e com entes invisíveis, agregando valores simbólicos que fazem fronteira com o sagrado, com a memória, com os ancestrais, como se refere (MARTINS, 2004, p. 46).

Conforme referenciado na parte dois desta dissertação, a instância colegiada é composta por instituições representadas por pessoas, assim sendo são sujeitos com subjetividades do ponto de vista político, cultural, humano que aqui se tornam atores sociais que embora tenham interesses específicos e individuais comungam de objetivos coletivos. Para Gohn (2008), o sujeito não é uma reflexão do indivíduo sobre si mesmo, seu interior ou o espelho de sua intimidade. “Ele é ação, é um trabalho, que nunca coincide com a experiência individual. A experiência a que ele se refere é a coletiva, o aprendizado a partir do coletivo”. (p.95).

Por fim, o Codeter/TIPNI tem uma importância fundamental para o desenvolvimento da política territorial e para tal demanda de um processo formativo permanente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazer o debate sobre desenvolvimento territorial, no tempo em que a Bahia comemora seus 10 anos de política de desenvolvimento territorial (2007-2017) traduz-se na pertinência desta pesquisa. Foi nesse campo de investigação que a pesquisa se inseriu, cujo objeto de estudo foi a análise da atuação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter), como uma instância de governança territorial, na execução da política de desenvolvimento territorial, com atuação no território de Cidadania Piemonte Norte do Itapicuru.

Considerando que o conhecimento se constitui da junção de ideias que são estabelecidas em um determinado tempo e espaço, e que o Codeter é um espaço de construção social, refletir sobre essa configuração implica em dialogar com vários saberes. A diversidade de valores, pensamentos, opiniões, interesses, subjetividades, ideologias e signos existentes nesta estrutura estimulam efetivamente a construção e a ressignificação de algumas concepções e preconceitos.

Nesse processo de aprendizagem no campo sociopolítico se configuram sentidos complexos a partir de diferentes contextos, sobretudo ao exercício da dialogicidade e da construção coletiva em um ambiente extremamente heterogêneo. Por isso, a demanda por um pensar holístico tornou-se fundamental para viabilizar percepções e compreensões das diversas inter-relações que ocorrem no ambiente do colegiado.

Considerando que a pesquisa está relacionada a um processo social, no qual as relações e interações diversas implicam numa complexidade de ser, conhecimento do espaço, conhecimento das identidades e inclusive o desconhecimento do conhecimento foi um convite à reflexão e estímulo à busca de respostas que evidenciasse as práticas sociais e os processos de aprendizagem que configuram o Codeter/TIPNI. O recurso ecossistêmico foi considerado pertinente à compreensão da complexa realidade estudada, bem como das transformações que ocorrem nele por meio dos fluxos contínuos que acontecem permanentemente entre o sistema e o meio externo, que Moraes (2006)

explícita como sendo a realidade constituída de objetos inter-relacionados, de redes de conexões dinâmicas caracterizadoras dos mais diferentes processos.

Nesse sentido, a problemática da política do desenvolvimento territorial não foi analisada por um único ângulo, ou por uma perspectiva disciplinar. A pluralidade dos atores sociais e das lógicas, valores e sentidos enquanto sujeitos que forjam estrategicamente a gestão social agem numa perspectiva fundamentada em processos participativos e múltiplas concepções paradigmáticas. Assim sendo, o trabalho de campo se deu nesse universo de complexidade, no qual se buscou uma pedagogia que permitisse compreender alternativas de aprendizagens multidisciplinares, numa perspectiva em que o diálogo entre os saberes pudesse ocorrer e promover a construção de novos conhecimentos.

O estudo potencializou a revelação de um fenômeno social, que de forma complexa e em um contexto específico, visibilizou o que qualitativamente o que é o Codeter/TIPNI. Também permitiu demonstrar os resultados por meio de informações numéricas expressas em gráficos, tabelas e quadros, cujo objetivo foi materializar o resultado das análises de modo a ampliar a compreensão dos dados obtidos na aventura do campo, na unidade de análise, o Codeter/TIPNI.

A fonte básica das informações contidas nesta dissertação foi o conjunto das técnicas utilizadas para a coleta de dados, sendo a mais significativa as entrevistas realizadas com os membros do Codeter com base no questionário do IGS, cujos resultados foram apresentados na parte 4 da dissertação.

Muitos são os aspectos positivos do desenvolvimento em perspectiva territorial, governança e da gestão social no TIPNI, inclusive com alguns acumulados: As Leis, o PPA, o PTDRSS, as Políticas Públicas e em especial o recorte territorial para a definição e implementação de algumas políticas e, sobretudo o protagonismo social e a institucionalidade dada aos comitês, câmara temáticas e ao próprio Codeter.

Ao considerar a gestão social como processo de construção coletiva da sociedade, pode-se afirmar que há no TIPNI diálogo entre a sociedade e o Estado, principalmente no que se refere ao desenvolvimento territorial. Neste ciclo dialógico, percebe-se um Codeter na busca de formação para a sua organização, participação e exercício de governança. Vale salientar que o processo de gestão social é recente no País e que por conta disso, é possível notar fragilidades. Essas fragilidades se evidenciam nos momentos que por falta de um concreto entendimento do que é o território, a política de desenvolvimento territorial e a gestão social.

No que tange às dimensões do desenvolvimento territorial, percebe-se uma priorização mais para o aspecto econômico e político. Considerando o caráter de multidimensionalidade para esta perspectiva de desenvolvimento é fundamental enfatizar as dimensões social, cultural e ambiental. Outra necessidade desafiadora é a articulação de novos atores sociais, para ampliar também o diálogo com agentes financiadores, seja no âmbito Estadual quanto Federal. Considera-se pouco possível gerir uma política de desenvolvimento territorial apenas com uma secretaria específica e sem a conexão com outras estruturas governamentais por meio da integração das políticas.

O Codeter/TIPNI é um espaço de participação social, de representação, articulação, planejamento, gestão e controle social de políticas públicas, articulando e fomentando programas e projetos coletivos, com envolvimento e participação direta de atores e segmentos sociais, entidades da sociedade civil e agentes públicos, tendo o seu foco central no desenvolvimento sustentável e no resgate do sentimento de solidariedade e pertencimento. Na verdade, a inversão do processo falido de desenvolvimento da globalização, implementando o processo de governança compartilhada.

Consiste também em uma organização política em nível territorial que tem contribuído para o significativo empoderamento dos sujeitos, uma vez que tem aprofundando a capacidade de mobilizar, articular e discutir sobre os problemas locais com os globais, fortalecendo os discursos e as estratégias para a sua superação. É salutar explicitar que a gestão social é resultado de longo

processo de construção social, e que o TIPNI vive um momento muito especial de fortalecimento de suas atividades e ações com reafirmação da sua identidade social e um ritmo intenso das suas agendas e demandas.

Vê-se o Colegiado como espaço institucionalizado de discussão das estratégias de desenvolvimento Territorial, de participação social, de legitimação de parte das políticas públicas, já que nem todas passam por discussão coletiva nesta instância, embora nos últimos tempos percebe-se que muitas organizações têm tido dificuldades de garantir a presença nos espaços de debate: assembleia, encontro e reuniões.

O Codeter tem dado importante contribuição para o desenvolvimento da política de desenvolvimento territorial, mas percebe-se também sua fragilidade, muitas vezes até cooptado pelo Estado. Esse processo torna sua institucionalidade fraca, não avançando para o fortalecimento da democracia, tão necessária no País. A instância possibilita a construção de um diálogo entre segmentos e representações de variados setores socioeconômicos, de produção, cultural, política e de uma dinâmica poderosa de identidade social. O espaço do colegiado territorial, por si só, já é local de disputa e conflitos de interesses, principalmente a partir do momento que é motivada a participação do setor empresarial. Os Codeters foram constituídos, em sua maioria, pelos atores sociais que representam os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária e de populações rurais tradicionais, a presença dos setores empresariais causa estranheza e conflitos em função dos interesses antagônicos.

Isso se torna um desafio da gestão social porque precisa realizar uma inversão cultural na forma de como os sujeitos enxergam o lugar em que vivem e suas relações mais ampliadas. Com relação a perspectiva de desenvolvimento territorial, os movimentos e organizações sociais têm investindo significativamente nos processos socioeducativos, visando promover a formação dos sujeitos de maneira que possam adentrar nesse campo de disputas. É preciso avançar nesse processo para compreender as características políticas, sociais, econômicas e ambientais que envolvem as realidades locais. Como fruto deste processo de mobilização, pode-se visualizar a importância do Colegiado no

sentido de promover a participação popular na definição dos rumos do desenvolvimento. As ações do Núcleo Diretivo do Colegiado tem promovido a gestão social no TIPNI, o que vem tornando esta instância territorial como o espaço de participação no processo de elaboração, execução e avaliação das políticas públicas.

Mesmo assim, é salutar apontar que há algumas fragilidades que impactam o funcionamento do Codeter/TIPNI de forma negativa. Dentre as principais fragilidades observadas merecem destaque: as articulações entre os atores sociais e a falta de comunicação continuada; carência de formação/capacitação orientadas para elaboração de projetos e propostas, bem como, seu monitoramento e gestão dos empreendimentos, assim como baixo nível de entendimento sobre a política de desenvolvimento territorial.

Para que de fato, o Codeter funcione efetivamente como a instância de governança territorial é necessário aprimorar todas essas questões destacadas. O colegiado precisa refletir sobre a ocorrência de eventos de embates, das expressões de vaidades tanto por parte de membros da sociedade civil e do poder público, que geram em alguns casos os conflitos que dificultam as tomadas de decisões, para que se estabeleça de fato a governança territorial e a gestão social no TIPNI.

A gestão social por meio do compartilhamento do poder entre organizações públicas e sociedade civil organizada tem como finalidade a construção de um processo de desenvolvimento com participação social voltada para o planejamento de ações territoriais e a transparência das políticas públicas. Embora haja gestão e controle social no TIPNI, o Codeter ainda precisa ser mais atuante, pois, a sociedade precisa saber o que é o território, o que é a política de desenvolvimento territorial. Percebe-se que ainda falta essa articulação entre o Codeter e a população em geral. Observa-se que necessitam ser trabalhadas com os demais segmentos da sociedade as questões relacionadas à identidade territorial, ampliar as reuniões para um coletivo maior no sentido de mostrar o verdadeiro papel do colegiado territorial, isso por que muitas pessoas ainda desconhecem inclusive o seu papel na gestão das políticas públicas.

Ademais, vale salientar que a atual conjuntura política econômica e social posta no Brasil tem assinalado uma possível “contra mão” no que tange a participação popular nas decisões políticas e, portanto torna-se um desafio a mais para a sociedade que precisa ampliar e qualificar as estratégias para consolidação da gestão social. Há um processo de enfraquecimento da política de desenvolvimento territorial, os financiamentos do Governo Federal foram suprimidos causando inclusive desmotivação dos atores sociais.

Os índices dos IGS do Codeter TIPNI foram classificados como Alto, Médio-alto e Médio–alto respectivamente. Ao fazer a comparação com a média do IGS Nacional, cujos valores apresentados foram respectivamente: Participação e Mobilização - 0,522 (Médio); Estrutura de Governança - 0,503 (Médio) e Impactos do Funcionamento - 0,699 (Médio-alto), percebeu-se que o Índice de Gestão Social no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru apresentou valores superiores à média do País, o que não significa que a gestão social do Codeter/TIPNI favoreça uma institucionalidade forte. Aponta sim para tal, mas ainda tem que atingir o máximo para não se tornar fluida e desmanchar-se nos embates políticos, principalmente nas disputas locais.

Por fim, é fundamental potencializar as experiências exitosas do Codeter/TIPNI. Neste contexto os processos de mobilização e a participação dos membros do Codeter/TIPNI nas atividades que ocorrem no território evidenciam além da capacidade de articulação do coletivo a constante formação de sujeitos em processo educativos através da construção coletiva seja nos debates e reivindicações, seja na construção de identidades que seguramente geram aprendizados múltiplos.

O que foi apresentado nesta dissertação como resultado de uma pesquisa, respondeu de forma objetiva a questão central colocada que foi: qual o papel do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) para a integração e articulação das políticas de abordagem territorial no Piemonte Norte do Itapicuru, que possibilitou afirmar que essa instância colegiada tem contribuído para a integração e articulação das políticas de abordagem territorial no Piemonte

Norte do Itapicuru, mesmo ainda timidamente. O aprofundamento da questão é pertinente, pois a instância avaliada continua presente no território. Na nova conjuntura política do País desapareceram estruturas importantíssimas no desenvolvimento dessa Pesquisa, como o MDA e diversas Secretarias a ele vinculadas. Como estão se comportando os 185 colegiados de desenvolvimento territorial espalhados no território nacional? Como estarão o Codeter/TIPNI e os Colegiados dos territórios de identidades da Bahia nos próximos cinco anos? Quais cenários se apresentam? São pistas para novas pesquisas que se apresentam no momento, até mesmo de cunho comparativo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Muito além da economia verde*. 1ª Ed. São Paulo: Ed.PLANETA SUSTENTÁVEL, 2012.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: *Economia Aplicada*. São Paulo: USP/FIPE, v.4, n. 2, 2000. p. 379-397. Disponível em: www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000_capital_social.pdf. acesso em 5 de março de 2017.

_____. Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte . In: IICA, Território, desenvolvimento rural e democracia. *Anais do I Fórum Internacional* . Fortaleza: IICA, 2003.

_____. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, Antonio César; FILHO, Niemeyer Almeida (Org.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. pp. 19-38. Campinas, Editora Alínea, 2007.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de sociedade civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: AVRITZER, Leonardo (Coord.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BAHIA. Colegiado de Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (Codeter). *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS)*; Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, Senhor do Bonfim-BA, 2017.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural. *Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru: Perfil Sintético*. Salvador-BA, 2015. Disponível em: <http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/PerfilPiemonteNortedoitapicuru.pdf>

BAHIA. *LEI Nº 13.214 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014*. Diário Oficial do Estado da Bahia - Salvador, Bahia · Terça-feira, 30 de Dezembro de 2014 Ano · XCIX · No 21.605.

BAHIA. Colegiado de Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (Codeter). *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS)*; Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, Senhor do Bonfim-BA, 2012.

BARROS, Edonilce da Rocha. *Relatório Final de Projeto*. CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014. Senhor do Bonfim-BA, junho de 2017.

_____. Desenvolvimento Territorial: elementos de reflexão. In: GARCIA, Paulo César Souza (Org.). **Interfaces**: cultura, contemporaneidade e subjetividades. Salvador: EDUNEB, 2009, p. 27-42.

_____. *Arranjos socioprodutivos da agricultura familiar e adaptação a uma dinâmica territorial de desenvolvimento: o caso dos perímetros de irrigação no Vale do São Francisco, Semi-árido brasileiro*. 2007. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. In: *Nova Economia*, Belo Horizonte, 14 (3). 35-70, setembro-dezembro de 2004. Disponível também: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER) – 27 a 30 de Julho de 2003 – Juiz de Fora – MG.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SEAD/Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. *INFORMATIVO NEDET Nº 06 /2016* Edital CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014 Encomenda 2013 Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial. Brasília, 2016.

BRASIL. MDA/SDT. PRONAT: Referências para o apoio ao Desenvolvimento Territorial. Brasília/DF, outubro de 2004. Documento preliminar (circulação restrita).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. *Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável*. MDA/CONDRAF, 2006. Disponível em http://www.condraf.org.br/biblioteca/documentos_do_condraf/Diretri.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/20014*. Secretaria de Políticas para as Mulheres/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Distrito Federal, Brasília, 2014.

BUAINAIN, A.M. *Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate*. 1ª ed. Brasília : IICA, 2006. Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 5.

DELGADO, Nelson Giordano. O Papel do Rural no Desenvolvimento Nacional: Da Modernização Conservadora aos anos 1970 ao Governo Lula. In: MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.) *Dimensões rurais de políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2010.

DELLABRIDA, Valdir.Roque. *A gestão social dos territórios nos processos de desenvolvimento territorial: Uma aproximação conceitual*. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v.2, n.2, segundo semestre de 2007.

DALLABRIDA, Valdir Roque. BECKER, Dinizar Fermiano. Governança Territorial – Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica, Deenvolvimento em Questão, - ano1. Nº2. Ijuí: Editora UNIJUI, 2003.

DOWBOR, Ladislau. *Gestão social e transformação da sociedade*. 1999. Disponível na Internet via http://dowbor.org/8_gestaosocial.asp.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo – construcción y deconstrucción del desarrollo – trad. Diana Ochoa*. Colômbia: Grupo Editorial Norma, 1996

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GEHLEN, Ivaldo; RIELLA, Alberto. (org.). *Território e sociedade: perspectivas teórico-metodológicas e evidências empíricas*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

GEHLEN, Ivaldo; RIELLA, Alberto. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 20-26.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. tradução Maria Cristina F. Bittencourt. — Campinas, SP : Papirus, 1990.

GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* v. 16, n. 47, maio-ago. 2011, p. 333-361. *Anais Eletrônicos*.

_____. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAESBAERT, R. Concepções de territórios para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. (et. al). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

_____. *O mito da desterritorialização: o fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2004

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*; tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LELOUP, Fabienne; MOYART, Laurence; PECQUEUR, Bernard. *La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale?* 4èmes journées de la proximité. Proximité, réseaux et coordination, 17 et 18 Juin 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/282667742>. Acessado em 12 de novembro de 2018

MACHADO, Paulo Batista. *Cartilha histórica sobre as origens de Senhor do Bonfim*. Senhor do Bonfim: UNEB, 1993. v. 01. 48p

MALVEZZI, Roberto. As várias faces do Velho Chico. In: Cadernos N. 9. *Vozes do Velho Chico*. São Paulo: Editor: Globo Comunicação e Participações S.A. 2016.

MARTINS, Josemar da Silva. *O mesmo outro*. Editora Scortecci, 2014.

MORAES, Maria C. *Pensamento eco-sistêmico: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI*. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2004.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. - Ed. revista e modificada pelo autor - 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

_____. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. – Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*, Instituto Piaget, Lisboa, 1990.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. In: *EISFORIA*, Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006, p. 81-103

PEIXOTO, Ângela Maria Martins. *Políticas públicas e agricultura camponesa: análise do PAA e do PNPB nos municípios de Ipameri e Jataí-GO* [manuscrito]. - 2016.

PIRAUX, Marc; CANIELLO, Marcio. *Gestión territorial para el desarrollo rural. construyendo un paradigma*. Avanços, dilemas e perspectivas da governança territorial no Brasil: reflexões sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Artigo apresentado no Congresso Bogota Columbia 30/11-1/12/2015

REIS, Edmerson dos Santos. *Educação do Campo: escola, currículo e contexto*. Juazeiro: Printpex, 2011.

RIBEIRO, Ana Paula Granja. *Descolonização do currículo nas experiências de educação contextualizada para a convivência com o semiárido brasileiro: um olhar sobre as escolas do campo no território Sertão do São Francisco*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos) – Universidade do Estado da Bahia, 2017.

ROCHA, Ana Georgina Peixoto. *Políticas públicas e participação: Os atores sociais na política de desenvolvimento territorial na Bahia*. 2010. Tese (Doutorado em desenvolvimento rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

ROSANVALLON, P; VIVERET, P. *Pour une nouvelle culture politique*. Paris: Seuil 1977.

SANTOS, M. et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. [S.l.]: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo*. v. 1, [s. l.], Editora Ática, 1994.

SAQUET, Marcos A. *Abordagens e concepções sobre território*. 4ª ed. São Paulo : Outras Expressões, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.

TEXEIRA, Elenaldo Celso. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. 3. ed. São Paulo : Cortez : Recife : EQUIP ; Salvador : UFBA, 2002.

VEIGA, Jose Eli da. *Do global ao local*. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados). 2005.

VERDE, Valéria Villa. 2004. *Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento*. IPARDES, Curitiba.